

3º SIMULADO GERAL

GABARITO

1B	2D	3B	4D	5E	6C	7B	8A	9D	10A
11C	12D	13B	14E	15D	16C	17A	18A	19C	20B
21E	22B	23A	24D	25C	26E	27D	28C	29A	30B
31B	32B	33A	34D	35A	36C	37D	38B	39D	40A
41E	42C	43E	44B	45A	46D	47D	48D	49A	50E
51E	52E	53B	54D	55A	56C	57A	58C	59C	60C
61B	62A	63A	64B	65A	66E	67B	68D	69C	70D
71D	72D	73D	74C	75D	76E	77D	78C	79B	80C
81A	82C	83D	84A	85B	86B	87A	88C	89B	90E
91A	92B	93C	94E	95B	96E	97C	98B	99D	100B

GABARITO COMENTADO

LÍNGUA PORTUGUESA

1 – (3º Simulado Geral. 2020. Vunesp) Leia o texto para responder às questões de 01 a 05.

Os fatos foram opostos – inundações e fogarés –, e a reação a eles também. Em uma mesma semana, a cidade italiana de Veneza e a costa leste da Austrália **materializaram** o embate que contrapõe “ambientalistas” a “negacionistas” quando o assunto são as mudanças climáticas que afetam o planeta. Na quarta-feira 13, o prefeito de Veneza, Luigi Brugnaro, declarou estado de emergência na extraordinariamente bela capital da região do Vêneto, no norte da Itália, **notabilizada** por seus canais. Motivo: a maior cheia já registrada nos últimos cinquenta anos. O nível da água se elevou tanto que agravou a degradação de construções históricas – e, pior, fez duas vítimas logo nos primeiros dias, mortas em suas casas. As águas subiram quase 2 metros, e ondas de mais de 1 metro e meio atingiram cerca de 85% da cidade. Um horror.

“Pedimos ao governo que nos ajude. O custo será alto. Esse é o resultado da mudança climática”, escreveu o prefeito nas redes sociais. Um relatório de 2017 de uma Agência Nacional italiana advertiu que a cidade dos canais ficará submersa até o final deste século se o aquecimento global não for contido por medidas como as previstas no Acordo de Paris de 2015.

Mas, se em Veneza o Poder Executivo reconheceu publicamente que as inundações decorriam do peso da interferência humana no clima da Terra, a 16 000 quilômetros de lá, outra catástrofe para o meio ambiente foi definida como “natural” – apesar de seu inédito impacto. O fogo

começou a destruir a mata costeira em regiões muito próximas a Sidney. As labaredas devastaram cerca de 1 000 quilômetros de área florestal, provocando a morte de pessoas e de animais únicos da fauna do país. Encarando tudo como fenômeno da natureza, o vice-premiê australiano chamou de “lunáticos” os que acreditam no aquecimento global.

(Sabrina Brito, Entre a água e o fogo. Veja, 20.11.2019. Adaptado)

A oposição entre “ambientalistas” e “negacionistas” refere-se, no texto,

A) aos efeitos contrastantes das duas catástrofes que acometeram Veneza e regiões da Austrália.

B) aos pontos de vista adotados pelas autoridades diante das catástrofes que atingem áreas de seus respectivos países.

C) à natureza incontrolável da inundação em Veneza, em oposição à possibilidade de controle do incêndio nas proximidades de Sidney.

D) às diferentes dimensões dos fenômenos naturais que vitimaram pessoas e animais nos eventos citados.

E) às consequências das mudanças climáticas, reconhecidamente responsáveis pelas duas tragédias.

Comentário

A) aos efeitos contrastantes das duas catástrofes que acometeram Veneza e regiões da Austrália.

INCORRETA. As duas catástrofes causaram efeitos devastadores, embora uma tenha sido causado pelas cheias e a outra pela queimada.

B) aos pontos de vista adotados pelas autoridades diante das catástrofes que atingem áreas de seus respectivos países.

CORRETA. De fato, o prefeito de Veneza deu como justificativa à causa das enchentes o aquecimento global (mudança climática). Essa foi uma visão ambientalista. Por outro lado, o vice-premiê da Austrália justificou como natural o fogo que se alastrou e devastou cerca de mil km de área florestal. Essa é a posição negacionista.

C) à natureza incontrolável da inundação em Veneza, em oposição à possibilidade de controle do incêndio nas proximidades de Sidney.

INCORRETA. Houve extrapolação textual, pois em nenhum momento o texto menciona a possibilidade de controle em Sidney ou à incontrolável inundação em Veneza.

D) às diferentes dimensões dos fenômenos naturais que vitimaram pessoas e animais nos eventos citados.

INCORRETA. A oposição entre os termos “ambientalistas” e “negacionistas” se refere aos pontos de vistas das autoridades, e não à dimensão dos fenômenos ocorridos.

E) às consequências das mudanças climáticas, reconhecidamente responsáveis pelas duas tragédias.

INCORRETA. A mudança climática foi dada como justificativa para a ocorrência das cheias em Veneza, mas não para a queimada em Sidney, já que, nesse caso, foi considerada como um evento natural.

GABARITO B

2 – (3º Simulado Geral. 2020. Vunesp) É correto afirmar que, em relação ao assunto de que trata, a autora do texto

A) mostra distanciamento, vendo os fenômenos como decorrentes de mudanças climáticas.

B) toma partido acerca das reações dos governantes citados, vendo, em ambos, reações coerentes.

C) sugere que nada do que venha a ser feito poderá evitar a repetição dessas catástrofes.

D) expressa atitude de reação, classificando os efeitos da inundação como “Um horror.”

E) deixa explícito que sua avaliação dos eventos não mudará a atitude dos representantes dos países envolvidos.

Comentário

A) mostra distanciamento, vendo os fenômenos como decorrentes de mudanças climáticas.

INCORRETA. A autora não se distanciou do assunto. Na verdade, lendo com atenção o último parágrafo, ela desaprova a justificativa dada pelo vice-premiê australiano de que a catástrofe teria sido causada pela natureza, quando diz “apesar de seu inédito impacto”. Veja:

“(…) Mas, se em Veneza o Poder Executivo reconheceu publicamente que as inundações decorriam do peso da interferência humana no clima da Terra, a 16 000 quilômetros de lá, outra catástrofe para o meio ambiente foi definida como “natural” – **apesar de seu inédito impacto**....”.

Parece que a autora ficou indignada: como uma catástrofe para o meio ambiente pode ser definida como natural se ela causou um inédito impacto?

B) toma partido acerca das reações dos governantes citados, vendo, em ambos, reações coerentes.

INCORRETA. Como explicado na alternativa “a”, a autora não vê como coerente a posição adotada pelo vice-premiê da Austrália.

C) sugere que nada do que venha a ser feito poderá evitar a repetição dessas catástrofes.

INCORRETA. A autora fala das medidas previstas no Acordo de Paris de 2015, no seguinte trecho do texto:

(...) Um relatório de 2017 de uma Agência Nacional italiana advertiu que a cidade dos canais ficará submersa até o final deste século se o aquecimento global não for contido **por medidas como as previstas no Acordo de Paris de 2015.**

D) expressa atitude de reação, classificando os efeitos da inundação como “Um horror.”

CORRETA. Na parte final do parágrafo primeiro, a autora do texto expressa a sua opinião, expressando uma reação:

(...) O nível da água se elevou tanto que agravou a degradação de construções históricas – e, pior, fez duas vítimas logo nos primeiros dias, mortas em suas casas. As águas subiram quase 2 metros, e ondas de mais de 1 metro e meio atingiram cerca de 85% da cidade. **Um horror.**

E) deixa explícito que sua avaliação dos eventos não mudará a atitude dos representantes dos países envolvidos.

INCORRETA. Aqui houve extrapolação textual.

GABARITO D

3 - **(3º Simulado Geral. 2020. Vunesp)** Assinale a alternativa redigida de acordo com a norma - padrão de concordância verbal e nominal.

- A) 1 metro e meio foram o tamanho das ondas.
- B) 85% da cidade de Veneza foram invadidos pela água.
- C) Já se registrou cheias em Veneza, ainda maior do que a atual.
- D) Segundo o prefeito de Veneza, será necessário os recursos do governo italiano.
- E) Perto de 1 000 quilômetros de área florestal foi destruído pelo fogo.

Comentário

A) 1 metro e meio foram o tamanho das ondas.

INCORRETA. Quando estivermos diante de um numero sem determinante (1 metro e meio), o verbo deve concordar com o numeral.

Ex: 50% faltaram à prova.

Ex: 1% faltou à prova.

O correto seria: 1 metro e meio foi o tamanho das ondas.

B) 85% da cidade de Veneza foram invadidos pela água.

CORRETA. Aqui, temos a presença de um numeral com determinante (85% da cidade de Veneza). Nesse caso, o verbo pode concordar com o numeral ou com o determinante.

Ex: 1% dos alunos não foram a aula (verbo concordando com o determinante “dos alunos”).

Ex: 1% dos alunos não foi à aula (verbo concordando com o numeral).

A diferença está na ênfase que se quer dar: se quiser dar mais ênfase ao numeral, então faça a concordância com ele. Se quiser dar mais ênfase ao determinante, faça a concordância com este. As duas maneiras estão corretas.

A frase também poderia ser escrita assim: 85% da cidade de Veneza foi invadida pela água.

C) Já se ~~registrou~~ cheias em Veneza, ainda maior do que a atual.

INCORRETA. O que já se registrou em Veneza? Cheias. Então o verbo deveria estar no plural.

O correto seria: Já se registraram cheias em Veneza...

D) Segundo o prefeito de Veneza, ~~será necessário~~ os recursos do governo italiano.

INCORRETA. O que é necessário? Recursos. Então o verbo deveria estar no plural.

O correto seria: Segundo o prefeito de Veneza, serão necessários os recursos do governo italiano.

E) Perto de 1 000 quilômetros de área florestal foi ~~destruído~~ pelo fogo.

INCORRETA. Mais um caso de numeral com determinante, sendo certo que o verbo pode concordar com o numeral ou com o determinante. No caso, não ocorreu nem um nem outro.

O correto poderia ser:

Perto de 1 000 quilômetros de área florestal foi destruída pelo fogo (verbo concordando com o determinante feminino “área florestal”).

Perto de 1 000 quilômetros de área florestal foram destruídos pelo fogo (verbo concordando com o numeral).

GABARITO B

4 - (3º Simulado Geral. 2020. Vunesp) As expressões – **materializaram** e **notabilizada** –, destacadas no primeiro parágrafo, têm como sinônimos adequados ao contexto, respectivamente,

- A) reuniram e afamada.
- B) assumiram e ilustre.
- C) esclareceram e consagrada.
- D) corporificaram e célebre.
- E) delimitaram e cercada.

Comentário

De acordo com o dicionário:

Materializar: dar ou tomar uma consistência, uma natureza material; transformar(-se) numa realidade; concretizar(-se).

Notabilizar: tornar(-se) notável, célebre; fazer sobressair ou sobressair; distinguir(-se).

Vamos às alternativas:

A) reuniram e afamada.

INCORRETA. Reuniram não é o mesmo que materializar. Já “afamar” pode substituir notabilizar, pois tem o mesmo significado.

Afamar: dar ou adquirir fama; notabilizar(-se), celebrar(-se).

B) assumiram e ilustre.

INCORRETA. Assumir não é o mesmo que materializar. Assumir é tornar público algo que já existir, revelar. Já materializar é tornar algo real.

Por outro lado, “ilustre” poderia substituir “notabilizada”.

Ilustre: que se distingue por seu brilhantismo, por qualidades dignas de louvor; célebre, eminente, notável.

C) esclareceram e consagrada.

INCORRETA. Esclarecer não é o mesmo que materializar e “consagrada” também não pode substituir “notabilizada”, pois possui significado diferente:

Consagrar: investir(-se) de caráter ou funções sagradas; sagrar(-se).

D) corporificaram e célebre.

CORRETA. Materializar é sinônimo de corporificar, assim como célebre é sinônimo de notabilizada.

E) delimitaram e cercada.

INCORRETA. Delimitar é traçar limites, restringir. E cercada é rodeada, que sofreu cerco, circundada. Não são sinônimos de materializar e notabilizado, de forma alguma.

GABARITO D

5 - (3º Simulado Geral. 2020. Vunesp) À vista do contexto, é correto afirmar que, ao colocar entre aspas a palavra “natural”, a autora sinaliza para o leitor que a avaliação do vice-premiê australiano é

- A) acertada.
- B) coerente.
- C) desatualizada.
- D) indefinida.
- E) inadequada.

Comentário

Vamos retomar o trecho em que aparece o termo “natural”:

(...) Mas, se em Veneza o Poder Executivo reconheceu publicamente que as inundações decorriam do peso da interferência humana no clima da Terra, a 16 000 quilômetros de lá, outra catástrofe para o meio ambiente foi definida como “natural” – apesar de seu inédito impacto.

Perceba que a autora do texto fez uso das aspas

O sinal de aspas é frequentemente utilizado com a intenção de exprimir ironia ou conferir destaque a uma palavra empregada fora de seu contexto habitual, como ocorreu no texto.

Com efeito, ao colocar entre aspas a palavra “natural”, a autora nos sinalizou, no contexto, que a avaliação foi **inadequada**, tendo em vista os impactos inéditos causados pela catástrofe.

Uma catástrofe com impactos inéditas não poderia ser tratada como “natural”. Portanto, a avaliação do vice-premiê, para a autora, foi inadequada.

GABARITO E

6 - (3º Simulado Geral. 2020. Vunesp) Leia o texto para responder às questões de 06 a 13.

Pai do vício nas telas agora quer oferecer a cura

Quase 80% dos usuários de smartphones checam seus celulares nos primeiros 15 minutos depois de acordar. E a tendência é só piorar, diz Nir Eyal, professor de Stanford e consultor especializado em ajudar empresas de tecnologia a tornar seus produtos mais viciantes. Nesse mercado, ele afirma que “as empresas que vencem são aquelas que conseguem inventar os produtos mais grudentos”.

Eyal esclarece que as empresas criaram o processo de **figar** pessoas, de **jogar o anzol**, acionando quatro passos básicos. Começa com um **gatilho**, algo que diz ao usuário o que fazer, podendo ser externo ou interno. No Facebook, por exemplo, seria uma notificação que chama atenção para o que está acontecendo na rede. Isso leva ao segundo passo, a ação, algo que o usuário faz em busca de uma recompensa. Ele vai abrir o aplicativo, checar a notificação e começar a ler seu “feed” de notícias. O terceiro passo é a recompensa variável. O psicólogo americano B.F. Skinner mostrou que, quando uma recompensa é dada sem que possa ser prevista, a ação se torna mais frequente. E, então, chega-se à fase do investimento: quando o consumidor usa o produto de forma a aumentar a probabilidade de voltar a usá-lo.

Eyal admite que depois de um tempo, as empresas nem precisam mais de gatilhos externos. Em vez disso, eles começam a acontecer por causa dos gatilhos internos, associações na mente do usuário. Quando você está entediado, entra no YouTube, se se sente sozinho, abre o Facebook, se tem uma dúvida, checa o Google. Geralmente, são os sentimentos negativos que fazem as pessoas voltarem.

Agora, Eyal começa a pensar em um método para reverter o vício e ele não está sozinho. Antigos executivos do Facebook e WhatsApp tornaram-se críticos da tecnologia. Eles criaram o vício e agora querem oferecer a cura. Mas para isso acontecer é preciso que os consumidores entendam como sentimentos ruins, como tédio ou solidão, são manipulados para mantê-los fiéis a essas empresas. “Quero que as pessoas pensem em formas de ganhar mais controle de suas vidas, em vez de serem controladas pela tecnologia”, arremata Eyal.

(www1.folhauol.com.br.Adaptado, acessado em 13.10.2019)

Segundo o texto, o processo de **figar** pessoas (2º parágrafo)

- A) descreve o modo como elas se tornam hábeis em se desvencilhar do poder e da influência que as redes exercem sobre elas.
- B) configura uma situação que sugere ao usuário de tecnologia a possibilidade de controlá-la, desde que ele conheça algumas regras.
- C) inicia-se com um procedimento desprezioso que vai adquirindo consistência, a ponto de submeter o usuário a um pacto unilateral com as redes.
- D) parte do princípio de que qualquer pessoa que estabelecer uma relação de confiança com as empresas de tecnologia poderá se beneficiar com isso.
- E) oferece um guia de como o usuário pode criar táticas e tirar proveito das redes para ampliar o manejo com a tecnologia.

Comentário

A) descreve o modo como elas se tornam hábeis em se desvencilhar do poder e da influência que as redes exercem sobre elas.

INCORRETA. Na verdade, é o contrário. As pessoas não conseguem se desvencilhar do poder e da influência que as redes exercem sobre elas. Elas são fisgadas, não conseguem escapar.

B) configura uma situação que sugere ao usuário de tecnologia a possibilidade de controlá-la, desde que ele conheça algumas regras.

INCORRETA. Não há nenhuma informação no texto afirmando que o usuário de tecnologia tem a possibilidade de controlar o ato de fisgar.

C) inicia-se com um procedimento desprezioso que vai adquirindo consistência, a ponto de submeter o usuário a um pacto unilateral com as redes.

CORRETA. Vamos retomar o trecho que fala do ato de fisgar:

(...)

*Eyal esclarece que as empresas criaram o processo de **fisgar** pessoas, de **jogar o anzol**, acionando quatro passos básicos. Começa com um **gatilho**, algo que diz ao usuário o que fazer, podendo ser externo ou interno. No Facebook, por exemplo, seria uma notificação que chama atenção para o que está acontecendo na rede. Isso leva ao segundo passo, a ação, algo que o usuário faz em busca de uma recompensa. Ele vai abrir o aplicativo, checar a notificação e começar a ler seu “feed” de notícias. O terceiro passo é a recompensa variável. O psicólogo americano B.F. Skinner mostrou que, quando uma recompensa é dada sem que possa ser prevista, a ação se torna mais frequente. E, então, chega-se à fase do investimento: quando o consumidor usa o produto de forma a aumentar a probabilidade de voltar a usá-lo.*

Perceba que começa com um gatilho (algo desprezioso) e vai ganhando consistência (o usuário vai atrás de uma recompensa, depois checa a notificação e, por fim, começa a usar o produto. E isso vira um vício.

D) parte do princípio de que qualquer pessoa que estabelecer uma relação de confiança com as empresas de tecnologia poderá se beneficiar com isso.

INCORRETA. No ato de fisgar não há relação de confiança.

E) oferece um guia de como o usuário pode criar táticas e tirar proveito das redes para ampliar o manejo com a tecnologia.

INCORRETA. Extrapolação textual.

GABARITO C

7 - (3º Simulado Geral. 2020. Vunesp) Assinale a alternativa que, introduzida por uma conjunção de causa, completa, de acordo com o sentido do texto, a frase - As empresas nem precisam mais de gatilhos externos,...

- A) inclusive desistiram de inventar tecnologias que produzem mecanismos viciantes.
- B) uma vez que os usuários já tinham sido sutilmente motivados para usar as redes.
- C) depois que suas ações alcançaram as posições mais altas no mercado de bens tecnológicos.
- D) com que operavam para oferecer aos usuários condições de uso moderado das redes.
- E) para garantir que o usuário passe a ter mais controle do uso exagerado da tecnologia.

Comentário

A) inclusive desistiram de inventar tecnologias que produzem mecanismos viciantes.

INCORRETA. “inclusive” tem sentido de inclusão, adição.

B) uma vez que os usuários já tinham sido sutilmente motivados para usar as redes.

CORRETA. As conjunções causais são aquelas que indicam uma oração subordinada que denota causa: porque, pois, porquanto, uma vez que, visto que, etc.

C) depois que suas ações alcançaram as posições mais altas no mercado de bens tecnológicos.

INCORRETA. “depois” tem valor de consequência.

D) com que operavam para oferecer aos usuários condições de uso moderado das redes.

INCORRETA. “para oferecer” tem sentido de finalidade.

E) para garantir que o usuário passe a ter mais controle do uso exagerado da tecnologia.

INCORRETA. “para” tem sentido de finalidade.

GABARITO B

8 - (3º Simulado Geral. 2020. Vunesp) Segundo Eyal, para que o usuário passe a ter controle sobre suas vidas, deve

- A) entender previamente o funcionamento de suas emoções.
- B) minimizar as más intenções das empresas de tecnologia.
- C) praticar exercícios e atividades que o distanciem das redes.
- D) criar e seguir um guia de aplicação de bons sentimentos.

E) procurar manter-se alheio às atrações das redes.

Comentário

A) entender previamente o funcionamento de suas emoções.

CORRETA. Vamos retomar o último parágrafo:

(...)

Agora, Eyal começa a pensar em um método para reverter o vício e ele não está sozinho. Antigos executivos do Facebook e WhatsApp tornaram-se críticos da tecnologia. Eles criaram o vício e agora querem oferecer a cura. Mas para isso acontecer é preciso que os consumidores entendam como sentimentos ruins, como tédio ou solidão, são manipulados para mantê-los fiéis a essas empresas. “Quero que as pessoas pensem em formas de ganhar mais controle de suas vidas, em vez de serem controladas pela tecnologia”, arremata Eyal.

Assim, para ter controle sobre as suas vidas, os usuários precisam entender previamente o funcionamento de suas emoções, porque a manipulação das empresas cai sobre elas.

B) minimizar as más intenções das empresas de tecnologia.

INCORRETA. O texto não fala que as empresas de tecnologia têm má intenção. Extrapolação textual.

C) praticar exercícios e atividades que o distanciem das redes.

INCORRETA. Extrapolação textual.

D) criar e seguir um guia de aplicação de bons sentimentos.

INCORRETA. Extrapolação textual.

E) procurar manter-se alheio às atrações das redes.

INCORRETA. Também não há essa informação no texto.

GABARITO A

9 - (3º Simulado Geral. 2020. Vunesp) Na frase – Antigos executivos do Facebook e WhatsApp tornaram-se críticos da tecnologia. Eles criaram o vício e agora querem oferecer a cura. –, a atitude dos executivos pode ser entendida, no contexto, como

A) uma apologia para validar a importância da tecnologia.

B) uma desistência, porque o avanço tecnológico não compensou.

C) uma obstinação, pois, deve-se insistir em algo que deu certo.

D) um antídoto, visando à reversão de um processo.

E) uma autocrítica com o objetivo de reforçar o alcance da tecnologia.

Comentário

A) uma apologia para validar a importância da tecnologia.

INCORRETA. A atitude dos executivos não é fazer uma apologia e sim oferecer uma cura para o vício das redes sociais que eles mesmos criaram.

B) uma desistência, porque o avanço tecnológico não compensou.

INCORRETA. Extrapolação textual.

C) uma obstinação, pois, deve-se insistir em algo que deu certo.

INCORRETA. A atitude dos executivos não demonstra obstinação.

D) um antídoto, visando à reversão de um processo.

CORRETA.

“Antigos executivos do Facebook e WhatsApp tornaram-se críticos da tecnologia. Eles criaram o vício e agora querem oferecer a cura.”

Perceba a relação de antítese: vício x cura.

Os próprios executivos que criam os vícios das redes sociais, agora querem reverter esse processo oferecendo um antídoto.

E) uma autocrítica com o objetivo de reforçar o alcance da tecnologia.

INCORRETA. A atitude dos executivos não demonstra que eles querem reforçar o alcance da tecnologia. Eles querem, na verdade, oferecer uma cura.

GABARITO D

10 - **(3º Simulado Geral. 2020. Vunesp)** Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas da frase, de acordo com a conjugação verbal.

Se o usuário se _____ fiel às empresas, é improvável que se _____ contra o vício e _____ controle sobre sua vida.

A) manter... previna... exerça

B) mantém... previne... exerce

C) manter... previna... exerce

D) mantém... previne... exerça

E) mantenha... previne... exerça

Comentário

Logo de cara, percebe-se que a primeira lacuna deve ser preenchida por um verbo no modo subjuntivo, tendo em vista o contexto de dúvida, marcado pela conjunção “Se”.

Assim, na primeira lacuna, devemos utilizar o verbo “mantiver”, no futuro do subjuntivo, preservando-se a correlação com a conjunção condicional “se”.

Verbo manter no futuro do subjuntivo:

Se eu **mantiver**

Se tu mantiveres

Se ele **mantiver**

Se nós mantivermos

Se vós mantiverdes

Se eles mantiverem

As demais lacunas também devem ser preenchidas por formas verbais no subjuntivo, tendo em vista a presença do termo “improvável”, que demonstra dúvida, incerteza. Assim, devemos usar “previna” e “exerça”, ambos no modo presente do subjuntivo, mantendo a correlação com o futuro do subjuntivo (mantiver).

Verbo prevenir no presente do subjuntivo:

Que eu **previna**

Que tu previnas

Que ele **previna**

Que nós previnamos

Que vós previnais

Que eles previnam

Verbo exercer no presente do subjuntivo:

Que eu **exerça**.

Que tu exerças

Que ele **exerça**

Que nós exerçamos

Que vós exerçais

Que eles exerçam

GABARITO A

11 - (3º Simulado Geral. 2020. Vunesp) Assinale a alternativa que completa, corretamente, de acordo com o padrão da concordância, a frase.

Se anzol, gatilhos, recompensas, tudo _____?

- A) colaboram para viciar o usuário, poderão haver soluções para livrá-lo do vício
- B) colabora para viciar o usuário, haverão soluções para livrá-lo do vício
- C) colabora para viciar o usuário, poderá haver soluções para livrá-lo do vício
- D) colaboram para viciar o usuário, poderá haver soluções para livrá-lo do vício
- E) colabora para viciar o usuário, poderão haver soluções para livrá-lo do vício

Comentário

C) colabora para viciar o usuário, poderá haver soluções para livrá-lo do vício

CORRETA.

Aqui, temos a presença do aposto resumidor “tudo” e o verbo deve concordar com ele.

O aposto resumidor é representado por pronome indefinido (tudo, nada, ninguém, alguém todos) ou por um pronome demonstrativo (isso, isto, aquilo...) resumindo o sujeito composto. O verbo deve concordar com o aposto resumidor.

No caso, o aposto resumidor “tudo” está no singular, então o verbo também deve ficar no singular.

Já o verbo haver empregado no sentido de existir é invariável, assim como o seu verbo auxiliar, ou seja, ambos devem ficar no singular.

GABARITO C

12 - (3º Simulado Geral. 2020. Vunesp) Assinale a alternativa correta quanto ao emprego do acento indicativo da crase nas duas primeiras lacunas e do pronome pessoal na última, de acordo com a norma-padrão.

As empresas jogam o anzol, fisgam as pessoas, que se entregam docilmente _____ redes e, passo _____ passo, vão oferecendo _____ recompensas.

- A) as... a... a elas
- B) as... a... -nas
- C) as... à... -lhes
- D) às... a... -lhes
- E) as... à... nas

Comentário

D) às... a... -lhes

CORRETA.

1ª) às

Quem se entrega docilmente, se entrega docilmente a algo, a alguém. O verbo exigiu a preposição “a” + artigo “as” da palavra feminina “redes” = crase.

2ª) a

Não ocorre crase diante de palavras repetidas com valor de advérbio.

Ex: gota a gota, frente a frente, cara a cara, etc.

3ª) lhes

Quem oferece, oferece alguma coisa (recompensas) a alguém. O verbo oferecer é transitivo direto e indireto.

O objeto direto já está na frase (recompensas), então falta o objeto indireto.

E com objeto indireto, só se usa “lhe” ou “lhes”.

GABARITO D

13 - (3º Simulado Geral. 2020. Vunesp) Examinando-se as expressões em destaque no segundo parágrafo, conclui-se que

- A) fisgar e anzol estão empregadas em sentido próprio.
- B) as três estão empregadas em sentido figurado.
- C) fisgar e jogar o anzol estão em sentido figurado, mas gatilho, em sentido próprio.
- D) jogar o anzol está em sentido figurado, mas gatilho, em sentido próprio.
- E) todas estão empregadas em sentido próprio.

Comentário

B) as três estão empregadas em sentido figurado.

CORRETA.

Vamos retomar o segundo parágrafo:

(...)

*Eyal esclarece que as empresas criaram o processo de **fisgar** pessoas, de **jogar o anzol**, acionando quatro passos básicos. Começa com um **gatilho**, algo que diz ao usuário o que fazer, podendo ser externo ou interno. No Facebook, por exemplo, seria uma notificação que chama atenção para o que está acontecendo na rede. Isso leva ao segundo passo, a ação, algo que o*

usuário faz em busca de uma recompensa. Ele vai abrir o aplicativo, checar a notificação e começar a ler seu “feed” de notícias. O terceiro passo é a recompensa variável. O psicólogo americano B.F. Skinner mostrou que, quando uma recompensa é dada sem que possa ser prevista, a ação se torna mais frequente. E, então, chega-se à fase do investimento: quando o consumidor usa o produto de forma a aumentar a probabilidade de voltar a usá-lo.

Analisando o contexto em que os termos destacados foram empregados, conclui-se que todos estão no sentido figurado (conotativo)

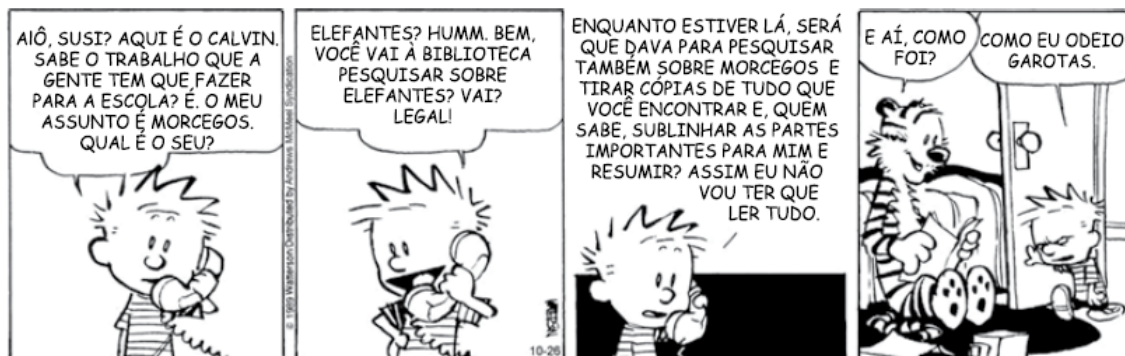
A gente usa “fisgar” para peixes e não para pessoas. Assim como “jogar o anzol”. Fica evidente o sentido figurado.

O mesmo ocorre com gatilho: é uma peça de arma de fogo, mas no texto está se referindo a gatilhos em pessoas (sentido figurado, fantasiado, faz de conta).

CONOTAÇÃO (Faz de conta)	DENOTAÇÃO (De verdade)
Linguagem utilizada em seu sentido figurado, fantasiado, atribuindo um novo significado	Linguagem utilizada em seu sentido próprio, literal, original e objetivo
Exemplos: Minha vida é um livro aberto. Eu tenho um olhar frio.	Exemplos: Meu livro está aberto na mesa. Hoje vai fazer muito frio.
<p>COMO DIFERENCIÁ-LOS</p> <p>É Fundamental que se analise o contexto onde a palavra ou a frase aparece, já que a mesma palavra pode ser usada em contextos diferentes, como nos exemplos acima. Analisar sempre o contexto.</p>	

GABARITO B

14 - (3º Simulado Geral. 2020. Vunesp) Leia a tira para responder às questões de 14 a 20.



(Bill Watterson. O melhor de Calvin, 26.10.2019. <https://cultura.estadao.com.br>)

De acordo com a tira, é correto afirmar que

- A) Calvin não consegue se expressar como gostaria quando fala com garotas.
- B) o tigre está confiante de que Calvin conseguiu o que queria.
- C) a história se passa numa época em que ainda não existia a internet.
- D) Susi se interessa por elefantes e fará uma pesquisa sobre eles.
- E) Calvin e Susi têm de fazer um mesmo trabalho sobre assuntos diferentes.

Comentário

A) Calvin não consegue se expressar como gostaria quando fala com garotas.

INCORRETA. Pois Calvin se expressou muito bem. Ocorre que sua solicitação não foi atendida por Susi.

B) o tigre está confiante de que Calvin conseguiu o que queria.

INCORRETA. Pelo contrário, O Tigre parece ter feito a pergunta confiante de que Calvin não conseguiria o que queria.

C) a história se passa numa época em que ainda não existia a internet.

INCORRETA. Extrapolação textual. Na tira, há a informação de que Susi vai à biblioteca. Mas isso não significa que não havia internet. Não dá para afirmar isso.

D) Susi se interessa por elefantes e fará uma pesquisa sobre eles.

INCORRETA. A pesquisa sobre elefantes se trata de um trabalho determinado pela escola.

E) Calvin e Susi têm de fazer um mesmo trabalho sobre assuntos diferentes.

CORRETA. Da leitura das falas da tira, conclui-se que Calvin e Susi irão fazer um trabalho de escola, mas com temas diferentes. Calvin sobre morcegos e Susi sobre elefantes.

GABARITO E

15 - **(3º Simulado Geral. 2020. Vunesp)** A atitude de Calvin nos três primeiros quadros revela

- A) coleguismo.
- B) altruísmo.
- C) incapacidade.
- D) astúcia.
- E) timidez.

Comentário

A) coleguismo.

INCORRETA. “Coleguismo” é um termo usado para representar um sentimento de parceria, camaradagem.

B) altruísmo.

INCORRETA. “Altruísmo” indica uma atitude de amor ao próximo ou ausência de egoísmo.

C) incapacidade.

INCORRETA. A atitude de Calvin nas três primeiras falas não demonstra incapacidade.

D) astúcia.

CORRETA. De fato, Calvin tenta usar artifícios para obter vantagem às custas de Susi, que teria que, praticamente, fazer o trabalho dele: pesquisar sobre morcegos, tirar cópias, grifar partes importantes e ainda resumir. Isso se chama astúcia.

Astúcia: Habilidade em enganar alguém, sem que a pessoa se dê conta disso, a fim de levar algum tipo de vantagem; artimanha, esperteza, lábia, manha, solércia.

E) timidez.

INCORRETA. A atitude de Calvin nas três primeiras falas não demonstra timidez.

GABARITO D

16 - **(3º Simulado Geral. 2020. Vunesp)** De acordo com a norma-padrão de pontuação, uma palavra que poderia estar entre vírgulas, no terceiro quadro, é

A) lá.

B) pesquisar.

C) também.

D) importantes.

E) não.

Comentário

A) lá.

INCORRETA. Não há nenhuma regra que autorize colocar “lá” entre vírgulas.

B) *pesquisar.*

INCORRETA. O verbo da oração não pode vir isolado entre vírgulas.

C) *também.*

CORRETA. Como o verbo “pesquisar” foi utilizado como transitivo indireto (pesquisar sobre algo), o termo “também” é um adjunto adverbial de extensão curta (formado por uma única palavra) e, nesse caso, a vírgula é facultativa.

Assim, o termo “também” poderia estar isolado entre vírgulas.

D) *importantes.*

INCORRETA. O termo “importantes” é um adjunto adnominal do substantivo “partes”, não podendo ser isolado por vírgulas.

E) *não.*

INCORRETA. Também não há regra gramatical que autorize isolar “não” por vírgulas.

GABARITO C

17 - (3º Simulado Geral. 2020. Vunesp) O vocábulo **enquanto**, no terceiro quadro, pode ser substituído sem prejuízo do sentido e da correção gramatical por:

A) No tempo em que

B) À medida que

C) Durante

D) Na medida em que

E) Na qualidade de

Comentário

Vamos retomar a fala do terceiro quadrinho:

“**Enquanto** estiver lá, será que dava para pesquisar também sobre morcegos e tirar cópias de tudo que você encontrar e, quem sabe, sublinhar as partes importantes para mim e resumir? Assim eu não vou ter que ler tudo”.

Perceba que “enquanto” é uma conjunção que, no contexto, tem valor de tempo, indicando simultaneidade ou concomitância.

Vamos às alternativas:

A) *No tempo em que*

CORRETA. “no tempo em que” preserva o sentido de tempo e a correlação gramatical.

“No tempo em que estiver lá...”

B) À medida que

INCORRETA. “À medida que” tem valor de proporção. Não mantém o mesmo sentido de tempo da frase original.

C) Durante

INCORRETA. Até mantém o sentido de tempo, mas não a correlação verbal, já que precisaria de ajustes:

“Durante o tempo em que estiver lá...”.

D) Na medida em que

INCORRETA. Essa é uma conjunção causal. Equivale a “uma vez que”, “já que”, “visto que”, etc.

E) Na qualidade de

INCORRETA. Não tem sentido de tempo.

GABARITO A

18 - **(3º Simulado Geral. 2020. Vunesp)** Com relação ao trecho do último quadro “Como eu odeio garotas”, assinale a alternativa em que o vocábulo **como** foi empregado com valor equivalente.

- A) A garota ia à biblioteca e como ela tinha prazer de estar entre os livros!
- B) Como se chama o seu colega de sala que nunca faz seus trabalhos?
- C) A menina, como era muito inteligente, tinha a atenção toda voltada para ela.
- D) O pai não conseguia disfarçar sua curiosidade como fazia a mãe.
- E) Como o ano ia passando, o aluno se desesperava por não ser o primeiro da sala.

Comentário

“Como eu odeio garotas”- percebe que o vocábulo “como” foi empregado no sentido de intensidade. Eu odeio muito as garotas.

Então, precisamos buscar nas alternativas, uma que demonstre o mesmo sentido de intensidade.

A) A garota ia à biblioteca e como ela tinha prazer de estar entre os livros!

CORRETA. Pois o “como” está empregado no sentido de intensidade. A Garota ia à biblioteca e ela tinha muito prazer de estar entre os livros.

B) Como se chama o seu colega de sala que nunca faz seus trabalhos?

INCORRETA. Aqui o “como” foi empregado como um advérbio interrogativo.

C) A menina, como era muito inteligente, tinha a atenção toda voltada para ela.

INCORRETA. O “como” foi empregado como uma conjunção causal. Poderia ser substituído por “tendo em vista”, “já que”, “uma vez que”, etc.

D) O pai não conseguia disfarçar sua curiosidade como fazia a mãe.

INCORRETA. O “como” foi empregado com valor comparativo.

E) Como o ano ia passando, o aluno se desesperava por não ser o primeiro da sala.

INCORRETA. O “como” foi empregado com valor proporcional, podendo ser substituído por “à medida que”. “À medida que o ano ia passando, o aluno se desesperava...”.

GABARITO A

19 - (3º Simulado Geral. 2020. Vunesp) Assinale a alternativa em que a concordância verbal ou nominal está em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa.

A) Na ligação de Calvin para Susi, houveram muitas perguntas feitas por Calvin.

B) “Foi eu que liguei para Susi”, disse Calvin preocupado para sua mãe.

C) A conta telefônica eram só ligações do Calvin para a Susi.

D) As crianças pediram à professora que as liberassem do trabalho.

E) Eu tirava cópias de quaisquer livro que estavam esgotados.

Comentário

A) Na ligação de Calvin para Susi, ~~houveram~~ muitas perguntas feitas por Calvin.

INCORRETA. O verbo “haver” empregado no sentido de existir é invariável, devendo permanecer sempre no singular.

O correto seria: Na ligação de Calvin para Susi, houve muitas perguntas feitas por Calvin.

B) “Foi eu que ~~ligou~~ para Susi”, disse Calvin preocupado para sua mãe.

INCORRETA.

O correto seria: “Fui eu que liguei para Susi”.

C) A conta telefônica eram só ligações do Calvin para a Susi.

CORRETA. Perceba que a ordem direta da frase foi trocado. Se a “conta telefônica” fosse o sujeito, o verbo “eram” deveria estar no singular “era”.

Ordem direta: Só ligações do Calvin para a Susi eram a conta telefônica”.

O verbo “eram” foi flexionado corretamente no plural para concordar com “ligações”.

D) As crianças pediram à professora que as ~~liberassem~~ do trabalho.

INCORRETA. Perceba que o verbo “liberasse” está relacionado ao sujeito desinencial “ela” – a professora (terceira pessoa do singular). Assim, o verbo deveria estar flexionado também na terceira pessoa do singular.

O correto seria: As crianças pediram à professora que as liberasse do trabalho.

Quem vai liberar as crianças? A Professora. Então, o verbo deve estar no singular.h

Sujeito desinencial: é aquele que não vem expresso na oração, mas pode ser identificado pela desinência do verbo.

E) Eu tirava cópias de quaisquer livro que estavam esgotados.

INCORRETA. O vocábulo “livro” deveria estar no plural para concordar com o pronome indefinido “quaisquer”.

O correto seria: Eu tirava cópias de quaisquer livros que estavam esgotados.

20 - (3º Simulado Geral. 2020. Vunesp) Assinale a alternativa que está redigida em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa.

- A) O menino busca à biblioteca quando precisa encontrar material confiável.
- B) Calvin recorre à biblioteca para fazer seus trabalhos da escola.
- C) A criança vê à biblioteca por fora e não imagina quantos livros há lá dentro.
- D) O garoto frequenta à biblioteca todos os dias e ainda não leu todos os livros?
- E) O amigo não imagina à biblioteca como um lugar que tem mais do que livros.

Comentário

A) O menino busca à biblioteca quando precisa encontrar material confiável.

INCORRETA. Quem busca, busca alguma coisa. O verbo buscar não exige preposição “a”, ou seja, não há crase nesse caso.

B) Calvin recorre à biblioteca para fazer seus trabalhos da escola.

CORRETA. Quem recorre, recorre a alguém/a algo. O verbo recorrer exigiu a preposição “a” + artigo “a” da palavra feminina “biblioteca” = crase.

C) A criança vê à biblioteca por fora e não imagina quantos livros há lá dentro.

INCORRETA. Quem vê, vê alguma coisa/algo. O verbo “ver” não exige a preposição “a”, ou seja, não há crase.

D) O garoto frequenta à biblioteca todos os dias e ainda não leu todos os livros?

INCORRETA. Quem frequenta, frequenta algum lugar/algo. O verbo frequentar não exige a preposição “a”. Logo, não há crase.

E) O amigo não imagina à biblioteca como um lugar que tem mais do que livros.

INCORRETA. Quem imagina, imagina algo/alguma coisa. O verbo imaginar não exige preposição. Logo, não há crase.

GABARITO B

21 – (3º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Quanto à concordância nominal, assinale a alternativa que está redigida em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa.

- a) Os alunos ficaram alertos.
- b) A diretora disse: muito obrigado!
- c) Bastante pessoas compareceram à reunião.
- d) É proibido a entrada de animais.
- e) Meu amigo que presta concursos públicos sempre está de mau humor.

Comentário

a) Os alunos ficaram alertos.

INCORRETA. Quando o vocábulo “alerta” for utilizado como um advérbio, como no caso dessa alternativa, ele é sempre invariável.

O correto seria: Os alunos ficaram alerta.

b) A Diretora disse: muito ~~obrigado~~!

INCORRETA. A palavra “obrigado” deve concordar com o substantivo à que se refere. Nesse caso, refere-se à “diretora”.

O correto seria: **A Diretora disse: muito obrigada!**

c) ~~Bastante~~ pessoas compareceram à reunião.

INCORRETA. A palavra “bastante” pode funcionar como um adjetivo ou como um advérbio. Quando estiver empregado como adjetivo, admite flexão de número e deve concordar com nome à que se refere. Nesse caso, ele pode ser substituído por “muitos”. Por outro lado, quando utilizado como advérbio, ele fica sempre invariável (terceira pessoa do singular), podendo ser substituído por “muito”.

Perceba que nessa alternativa, o termo “bastante” foi empregado como um adjetivo, podendo ser substituído por “muitas”. Então, ele deveria estar flexionado no plural, concordando com “pessoas”.

O correto seria: Bastantes pessoas compareceram à reunião.

d) É proibido a entrada de animais.

INCORRETA.

É necessário/É proibido/É bom/É permitido – só devem variar quando o sujeito vier precedido de artigo ou outro determinante.

No caso, o sujeito “entrada de animais” está acompanhado do artigo “a”.

O correto seria: É proibida a entrada de animais.

Poderia ser reescrito assim: É proibido entrada de animais.

e) Meu amigo que presta concursos públicos sempre está de mau humor.

CORRETA. Quando usar mau ou mal?

A melhor dica é: trabalhe com os seus antônimos:

Mau é o contrário de bom.

Mal é o contrário de bem.

No caso da alternativa, ele foi empregado como contrário de bom: mau humor/bom humor.

Portanto, o seu emprego com “u” foi correto.

GABARITO E

22 - (3º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Quanto à concordância verbal, assinale a alternativa que está redigida em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa.

- a) Os Estados Unidos impressiona pela beleza de suas ruas.
- b) Mais de um aluno chegou ao curso do Sigaescrevente.
- c) Já devem fazer duas horas que ela foi embora.
- d) Agora é sete horas da noite.
- e) Hoje é 13 de junho.

Comentário

a) Os Estados Unidos ~~impressiona~~ pela beleza de suas ruas.

INCORRETA. Quanto estivermos diante de nomes que só existem no plural, como Estados Unidos, Minas Gerais, Alagoas, etc, a concordância do verbo deve levar em conta se há artigo determinando ou não. Caso houver artigo, o verbo deve ir para o plural. Caso contrário, fica no singular.

No caso, temos a presença do artigo “os”. Logo, o verbo deveria ir para o plural.

O correto seria: Os Estados Unidos impressionam pela beleza de suas ruas.

b) Mais de um aluno chegou ao curso do Sigaescrevente.

CORRETA. Essa expressão “mais de um” é uma pegadinha famosa em concurso público, pois ela denota a ideia de pelo menos dois, levando muita gente a colocar o verbo no plural, o que, contudo, está errado.

Em regra, o verbo deve ficar no singular, pois a concordância é feita com o número “um”. A nossa alternativa trata justamente dessa regra geral, estando corretíssima.

Vamos ver as exceções:

1º) Quando o verbo indicar reciprocidade: ele deve ir para o plural:

Ex: Mais de uma mulher se ofenderam na festa.

Ex: Mais de um aprovado se abraçaram no curso de matemática.

2º) Quando a expressão “mais de um” se repetir: o verbo deve ir para o plural:

Ex: Mais de um técnico e mais de um jogador vieram jogar a Copa América no Brasil.

c) Já ~~devem~~ fazer duas horas que ela foi embora.

INCORRETA. O verbo fazer indicando tempo decorrido é impessoal (sem sujeito), ou seja, deve ser usado no singular. Tal regra se aplica também às locuções verbais, de forma que o verbo auxiliar também deve ficar no singular. Assim, o verbo “devem” deveria estar no singular.

O correto seria: Já deve fazer duas horas que ela foi embora.

d) Agora é sete horas da noite.

INCORRETA. O verbo ser, quando indicar tempo, deve concordar com a expressão numérica.

O correto seria: Agora são sete horas da noite.

e) Hoje é 13 de junho.

INCORRETA. O verbo ser, na indicação de datas, deve concordar com a palavra dia (s), que poderá estar expressa ou subentendida.

Ex: Hoje é dia 13 de junho.

Ex: Hoje é 13 de junho (subentende-se: Hoje é (dia) 13 de junho).

Ex: Hoje são 13 de junho (subentende-se: Hoje são 13 (dias) de junho).

O correto seria: Hoje são 13 de junho.

GABARITO B

23 - (3º Simulado Geral. 2021. Outras) Assinale a alternativa em que a colocação pronominal está de acordo com a norma culta.

- A) Solange nunca me pediu um presente muito caro.
- B) Te amo, meu bem!
- C) Se prepare! Vai ser uma noite animada!
- D) Me pedirão ajuda quando precisarem.
- E) Quando lhe disseram que estava errado, se desculpou.

Comentário

A) Solange nunca me pediu um presente muito caro.

CORRETA. “Nunca” é uma palavra negativa que atrai o uso do pronome para antes do verbo, sendo obrigatório, nesse caso, o uso da próclise.

B) Te amo, meu bem!

INCORRETA. Embora muito usual, essa expressão está errada. Não devemos iniciar frase com um pronome oblíquo átono.

O correto seria: “Amo-te, meu bem!”

C) Se prepare! Vai ser uma noite animada!

INCORRETA. Como vimos acima, não podemos iniciar uma frase com pronome oblíquo átono.

O correto seria: “Prepare-se!....”

D) Me pedirão ajuda quando precisarem.

INCORRETA. Novamente! Não podemos iniciar uma frase com pronome oblíquo átono. Além disso, estamos diante de em verbo no futuro do presente do indicativo, de forma que deve ser utilizada a mesóclise (pronome no meio do verbo).

O correto seria: Pedir-me-ão ajuda quando precisarem.

E) Quando lhe disseram que estava errado, se desculpou.

INCORRETA. Em regra, não devemos empregar a próclise após alguma pausa por vírgula, ponto e vírgula, etc.

Quanto ao uso do “lhe”, a alternativa esta correta, pois “quando” é uma conjunção subordinativa que atrai o uso do pronome para antes do verbo.

O correto seria: Quando lhe disseram que estava errado, desculpou-se.

GABARITO A

24 - (3º Simulado Geral. 2021. Outras) Assinale a alternativa em que há emprego INCORRETO do acento indicativo de crase.

A) As atletas foram à confraternização do federação.

B) A live terá início às 17h.

C) Às vezes é indicado o uso de água tônica.

D) Mendes foi à pé para a escola.

E) Leandro fez um gol à francesa.

Comentário

A) As atletas foram à confraternização do federação.

CORRETA. Quem vai, vai a algum lugar. O verbo ir exigiu a preposição “a” + artigo “a” da palavra feminina “confraternização” = crase.

B) A live terá início às 17h.

CORRETA. Em regra, devemos usar crase como indicativo de horas.

Exceções: Temos 5 preposições que não permitem a utilização de crase para indicar horas: após, para, desde, entre e até.

Veja os exemplos:

- Retornarei após as 20h.
- A aula está marcada para as 17h.
- Estou na fila da vacina desde as 15h30.
- Sairemos de Lisboa entre as 13h e as 19h.
- O cinema fica aberto até as 22h.

C) Às vezes é indicado o uso de água tônica.

CORRETA. “Às vezes” é uma locução adverbial feminina. A crase é obrigatória.

D) Mendes foi à pé para a escola.

INCORRETA. “Pé” é palavra masculina. Não pode ter crase.

E) Leandro fez um gol à francesa.

CORRETA. “à francesa” é uma locução adverbial feminina. Crase obrigatória.

GABARITO D

DIREITO PENAL

25 - (3º Simulado Geral. 2021. Inéditas) A respeito dos crimes previstos nos artigos 293 a 305 do Código Penal, assinale a alternativa correta.

- a) O crime de falsificação de papéis públicas só se configura se o documento for alterado.
- b) A conduta de adquirir objeto especialmente destinado à falsificação de papéis públicos é penalmente atípico, pois não houve ainda a falsificação.
- c) Para os efeitos penais, equiparam-se a documento público o emanado de entidade paraestatal, o título ao portador ou transmissível por endosso, as ações de sociedade comercial, os livros mercantis e o testamento particular.
- d) No crime de falsidade ideológica, se a modificação ou alteração for de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena da terça parte.
- e) Falsificar cartão de débito é considerado crime de falsificação de documento público.

Comentário

a) O crime de falsificação de papéis públicas só se configura se o documento for alterado.

INCORRETA. A falsificação pode se configurar de duas maneiras: FABRICANDO ou ALTERANDO.

FABRICANDO: criar um documento novo falso.

ALTERANDO: altera um documento já pronto, tornando-o falso.

É o que diz o art. 293 do CP:

Falsificação de papéis públicos

Art. 293 - Falsificar, fabricando-os ou alterando-os:

b) A conduta de adquirir objeto especialmente destinado à falsificação de papéis públicos é penalmente atípica, pois não houve ainda a falsificação.

INCORRETA. Pois tal conduta não é penalmente atípica (sem previsão no CP). Adquirir materiais especialmente destinado à falsificação de papéis públicos configura o crime denominado de Petrechos de Falsificação, previsto no art. 294 do CP:

Petrechos de falsificação

Art. 294 - Fabricar, **adquirir**, fornecer, possuir ou guardar objeto **especialmente destinado à falsificação de qualquer dos papéis referidos no artigo anterior**:

c) Para os efeitos penais, equiparam-se a documento público o emanado de entidade paraestatal, o título ao portador ou transmissível por endosso, as ações de sociedade comercial, os livros mercantis e o testamento particular.

CORRETA. É o que estabelece o § 2º do art. 297 do CP:

Art. 297 (...)

§ 2º - Para os efeitos penais, equiparam-se a documento público o emanado de entidade paraestatal, o título ao portador ou transmissível por endosso, as ações de sociedade comercial, os livros mercantis e o testamento particular.

d) No crime de falsidade ideológica, se a modificação ou alteração for de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena da terça parte.

INCORRETA. Aumenta-se da SEXTA parte:

Falsidade ideológica

Art. 299 (...)

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de **sexta** parte.

e) Falsificar cartão de débito é considerado crime de falsificação de documento público.

INCORRETA. Pois o cartão de crédito ou débito é equiparada a documento particular:

Falsificação de cartão

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput, equipara-se a documento particular o cartão de crédito ou débito.

GABARITO C

26 - (3º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Assinale a alternativa que corresponde ao crime que caso seja praticado por funcionário público, a pena é aumentada de 1/3:

- a) Falsificação de papéis públicos.
- b) Petrechos de falsificação
- c) Falsa identidade
- d) Uso de documento falso
- e) Fraudes em certames de interesse público

Comentário

a) Falsificação de papéis públicos.

INCORRETA. Caso esse crime seja praticado por funcionário público, prevalecendo-se do cargo, aumenta da SEXTA parte. A questão pediu que aumenta a TERÇA parte.

Art. 295 - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de **sexta parte**.

b) Petrechos de falsificação

INCORRETA. Mesmo motivo explicado acima: caso esse crime seja praticado por funcionário público, prevalecendo-se do cargo, aumenta da SEXTA parte. A questão pediu que aumenta a TERÇA parte.

Art. 295 - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de **sexta parte**.

c) Falsa identidade

INCORRETA. Não há previsão de causa de aumento de pena para esse crime.

d) Uso de documento falso

INCORRETA. Não há previsão de causa de aumento de pena para esse crime.

e) Fraudes em certames de interesse público

CORRETA.

Fraudes em certames de interesse público

Art. 311-A. Utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, conteúdo sigiloso de:

(...)

§ 3º Aumenta-se a pena de **1/3 (um terço)** se o fato é cometido por funcionário público.

GABARITO E

27 - (3º Simulado Geral. 2021. Inéditas) A respeito do peculato (art. 312 do Código Penal), assinale a alternativa correta.

- a) O particular pode responder pelo crime de peculato, desde que o crime tenha sido praticado em concurso de pessoas com funcionário público, mesmo que o particular ~~não~~ saiba da condição pessoal do funcionário público.
- b) No peculato doloso, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade.
- c) Só se configura se o funcionário público se apropriar de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo.
- d) No peculato culposo, a reparação do dano, se posterior à sentença irrecorrível, reduz de metade a pena imposta.
- e) Não há previsão desse crime na modalidade culposa.

Comentário

a) O particular pode responder pelo crime de peculato, desde que o crime tenha sido praticado em concurso de pessoas com funcionário público, mesmo que o particular ~~não~~ saiba da condição pessoal do funcionário público.

INCORRETA. Embora o peculato seja um crime próprio, ou seja, só pode ser praticado por funcionário público, caso um particular cometa o crime em conluio com um funcionário público, sabendo dessa qualidade dele, o particular também responderá por peculato.

Ex: Um advogado, sabendo que seu amigo é Escrevente Técnico do Judiciário, combina com este de deixar o leitor óptico dos processos em cima do balcão de atendimento. Dado o horário marcado, o Escrevente deixa o bem em cima do balcão e o advogado se apropria desse bem. Os dois respondem por peculato!!!

Contudo, é necessário que o advogado saiba dessa qualidade de funcionário público.

b) No peculato ~~doloso~~, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade.

INCORRETA. Essa previsão é aplicável apenas ao peculato CULPOSO:

Peculato culposo

§ 3º - No caso do parágrafo anterior, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.

c) Só se configura se o funcionário público se apropriar de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo.

INCORRETA. Além da conduta de apropriar, também temos a de “desviar”, de “subtrair” ou “concorrer para que seja subtraído” ou, ainda, “concorrer culposamente para o crime de outrem”.

Peculato

Art. 312 - **Apropriar-se** o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, **ou desviá-lo**, em proveito próprio ou alheio:

Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa.

§ 1º - Aplica-se a mesma pena, se o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, **o subtrai, ou concorre para que seja subtraído**, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.

Peculato culposo

§ 2º - Se o funcionário **concorre culposamente para o crime de outrem**:

d) No peculato culposo, a reparação do dano, se posterior à sentença irrecorrível, reduz de metade a pena imposta.

CORRETA. De fato, no peculato CULPOSO, se o agente repara o dano após a sentença irrecorrível, ou seja, que não caiba mais recurso, reduz a pena imposta pela metade:

Peculato culposo

(...)

3º - No caso do parágrafo anterior, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.

e) Não há previsão desse crime na modalidade culposa.

INCORRETA. Como já vimos, há sim previsão de modalidade culposa. Aliás, o peculato é o único crime praticado por funcionário público contra a administração em geral que admite tal modalidade.

GABARITO D

28 – (3º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Suponha que um Escrevente Técnico do Judiciário deixe de expedir mandado de citação em razão do réu ser seu amigo íntimo desde a infância. Em tese, foi praticado o crime de:

- a) corrupção passiva.
- b) abandono de função.
- c) prevaricação.
- d) excesso de exação.
- e) concussão

Comentário

Perceba que, no caso hipotético, o Escrevente Técnico do Judiciário deixou de praticar, indevidamente, ato de ofício (expedir mandado de citação), para satisfazer interesse ou sentimento pessoal (deixou de expedir pois o réu era seu amigo íntimo), configurando o crime de Prevaricação, previsto no art. 319, de seguinte teor:

Art. 319 - Retardar **ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício**, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, **para satisfazer interesse ou sentimento pessoal**:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

GABARITO C

29 - (3º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Quanto aos crimes praticados por particular contra a administração em geral (art. 328 a 333; 335 a 337), é correto afirmar que:

- a) O crime de resistência somente ocorre quando há oposição à execução de ato legal, mediante violência e ameaça, não se configurando quando o ato for ilegal.
- b) Comete o crime de corrupção ativa aquele que solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.
- c) No crime de Tráfico de Influência, a pena é aplicada em dobro, caso o agente alegue ou insinue que a vantagem é também destinada ao funcionário.
- d) Comete o crime de desobediência se configura, mesmo que a ordem emanada por funcionário público seja ilegal.
- e) O crime de desacato só se configura se o funcionário público estiver no exercício da função.

Comentário

a) O crime de resistência somente ocorre quando há oposição à execução de ato legal, mediante violência e ameaça, não se configurando quando o ato for ilegal.

CORRETA. É o que se extrai do art. 329, que diz que o crime se consuma quando “opor-se à execução de ATO LEGAL”:

Resistência

Art. 329 - Opor-se à execução de ato **legal**, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio:

Ademais, ninguém é obrigado a cumprir ordem manifestamente ilegal.

b) Comete o crime de corrupção ativa aquele que ~~solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.~~

INCORRETA. A conduta narrada refere-se ao crime de Tráfico de Influência:

Tráfico de Influência

Art. 332 - Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função:

O crime de corrupção ativa está previsto no artigo 333:

Corrupção ativa

Art. 333 - **Oferecer ou prometer** vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício:

c) No crime de Tráfico de Influência, a pena é aplicada em ~~dobro~~, caso o agente alegue ou insinue que a vantagem é também destinada ao funcionário.

INCORRETA. Nesse caso, a pena é aumentada da metade:

Tráfico de Influência

Art. 332 - Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995)

Parágrafo único - A pena é aumentada **da metade**, se o agente alega ou insinua que a vantagem é também destinada ao funcionário.

d) Comete o crime de desobediência se configura, ~~mesmo que a ordem emanada por funcionário público seja ilegal.~~

INCORRETA. Aqui se aplica a mesma inteligência do crime de resistência: não se configura se a ordem for ilegal:

Desobediência

Art. 330 - Desobedecer a **ordem legal** de funcionário público:

Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa.

e) O crime de desacato só se configura se o funcionário público estiver no exercício da função.

INCORRETA. Caso o funcionário público não esteja no exercício da função, mas o desacato se der em razão dela, o crime também se configura:

Desacato

Art. 331 - Desacatar funcionário público no exercício da função **ou em razão dela**:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa.

O que isso significa? Caso um Escrevente Técnico do Judiciário esteja na fila do supermercado e uma pessoa começa a xingá-lo, dizendo que ele é funcionário público preguiçoso, que não serve para exercer a sua função, configura o crime de desacato, pois se deu em razão da função exercida pelo Escrevente.

GABARITO A

30 - **(3º Simulado Geral. 2021. Inéditas)** De acordo com o Código Penal, aquele que fizer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral incorre no crime de:

- a) Coação no curso do processo.
- b) Falso testemunho ou falsa perícia.
- c) Autoacusação falsa de crime.
- d) Exploração de prestígio.
- e) Tráfico de Influência

Comentário

A conduta narrada configura o crime de **"Falso Testemunho ou falsa perícia"**, previsto no art. 342 do CP:

Art. 342. Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

GABARITO B

DIREITO PROCESSUAL PENAL

31 - **(3º Simulado Geral. 2021. Inéditas)** Nos termos do Código de Processo Penal (Art. 252), Zeus é juiz, logo, não poderá exercer jurisdição no processo em que

- a) for sócio de sociedade interessada no processo.

b) tiver funcionado seu cônjuge como defensor.

c) for amigo íntimo de qualquer das partes.

d) for devedor de qualquer das partes.

e) tiver aconselhado qualquer das partes.

Comentário:

~~a) for sócio de sociedade interessada no processo.~~

INCORRETA.

Art. 254, CPP. O juiz dar-se-á por **suspeito**, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes:

VI - se for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.

b) tiver funcionado seu cônjuge como defensor.

CORRETA.

Art. 252, CPP. O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que:

I - tiver funcionado seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito;

~~c) for amigo íntimo de qualquer das partes.~~

INCORRETA.

Art. 254, CPP. O juiz dar-se-á por **suspeito**, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes:

I - se for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer deles;

~~d) for devedor de qualquer das partes.~~

INCORRETA.

Art. 254, CPP. O juiz dar-se-á por **suspeito**, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes:

V - se for credor ou devedor, tutor ou curador, de qualquer das partes;

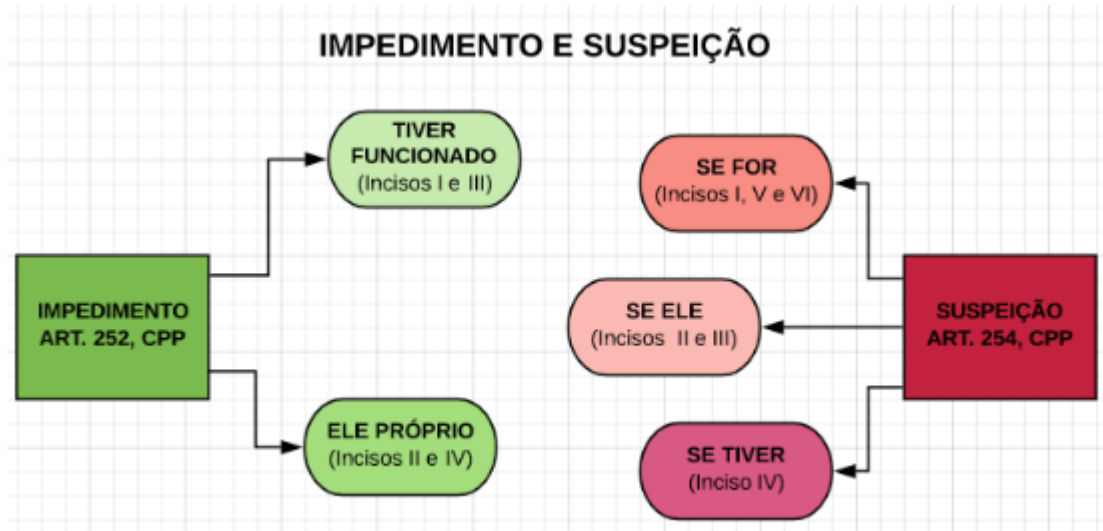
~~e) tiver aconselhado qualquer das partes.~~

INCORRETA.

Art. 254, CPP. O juiz dar-se-á por **suspeito**, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes:

IV - se tiver aconselhado qualquer das partes;

Veja o esquema facilitador:



GABARITO B

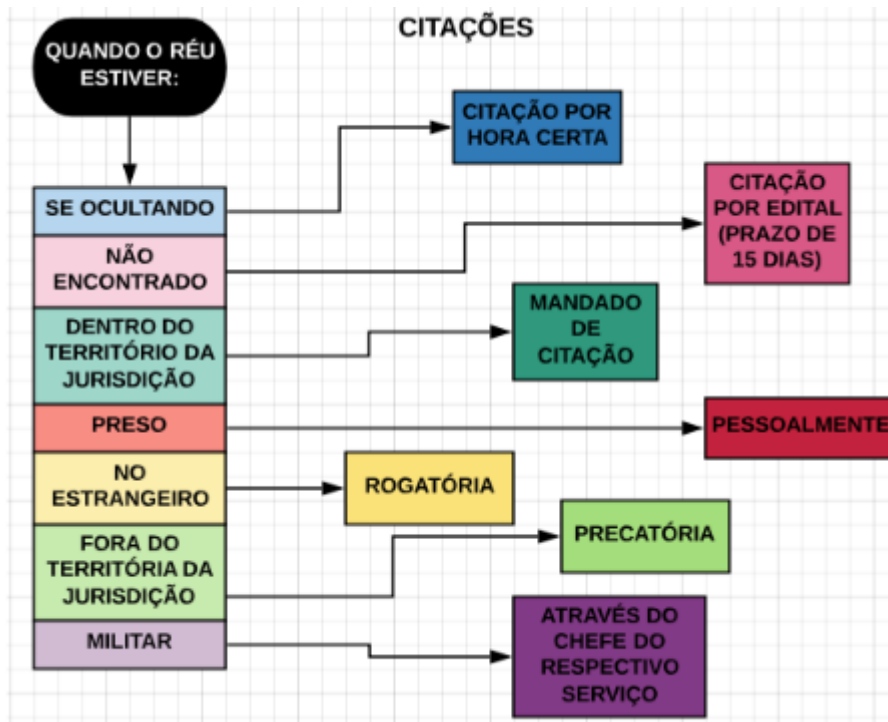
32 - (3º Simulado Geral. 2021. Inéditas) No tocante ao Código Processo Penal, em seu artigo 353, quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante, será citado mediante

- a) carta com aviso de recebimento
- b) carta precatória.
- c) carta rogatória.
- d) citação por hora certa.
- e) citação por edital.

Comentário:

Art. 353, CPP. Quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante, será citado mediante **precatória.**

Veja o esquema facilitador:



ATENÇÃO! VALE DESTACAR QUE SE O ACUSADO ESTIVER NO ESTRANGEIRO, MAS NÃO SE SABE O LUGAR ONDE ESTÁ (LUGAR INCERTO), ELE SERÁ CITADO POR EDITAL.

AGORA, SE ESTIVER NO ESTRANGEIRO EM LUGAR SABIDO, SERÁ CITADO POR CARTA ROGATÓRIA.

GABARITO B

33 - (3º Simulado Geral. 2021. Inéditas) No tocante ao CPP, quanto ao procedimento do Tribunal do Júri, os jurados sorteados, preferencialmente, serão convocados para comparecerem ao Tribunal do Júri

- a) pelo correio ou qualquer outro meio hábil.
- b) pessoalmente.
- c) por meio do oficial de justiça.
- d) por whatsapp.
- e) por e-mail.

Comentário:

Questão exigiu o conhecimento do art. 434 do CPP:

Art. 434. Os jurados sorteados serão convocados **pelo correio ou por qualquer outro meio hábil** para comparecer no dia e hora designados para a reunião, sob as penas da lei.

GABARITO A

34 - (3º Simulado Geral. 2021. Inéditas) No que se refere ao processo sumário, analise as seguintes assertivas:

I) Na instrução, poderão ser inquiridas até 5 (cinco) testemunhas arroladas pela acusação e 5 (cinco) pela defesa.

II) Na audiência de instrução e julgamento, a ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, proceder-se-á à tomada do interrogatório do acusado; à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, bem como os esclarecimentos dos peritos, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisa e, por último, as declarações do ofendido.

III) Nas infrações penais de menor potencial ofensivo, quando o juizado especial criminal encaminhar ao juízo comum as peças existentes para a adoção de outro procedimento, observar-se-á o procedimento sumário.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

Comentário:

I) Na instrução, poderão ser inquiridas até 5 (cinco) testemunhas arroladas pela acusação e 5 (cinco) pela defesa.

CORRETA.

Art. 532. Na instrução, poderão ser inquiridas até 5 (cinco) testemunhas arroladas pela acusação e 5 (cinco) pela defesa.

II) Na audiência de instrução e julgamento, a ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, proceder-se-á à tomada ~~do interrogatório do acusado~~; à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, bem como os esclarecimentos dos peritos, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisa e, ~~por último, as declarações do ofendido~~.

INCORRETA. Os atos na audiência de instrução e julgamento tem que obedecer a uma ordem, a qual não está correta: o interrogatório é o penúltimo ato a ser realizada e não o primeiro:

Art. 531. Na audiência de instrução e julgamento, a ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, proceder-se-á à tomada de declarações do ofendido, se possível, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, ressalvado o disposto no art. 222 deste Código, bem como aos esclarecimentos dos peritos, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, em seguida, o acusado e procedendo-se, finalmente, ao debate.

- 1º: Declarações do ofendido, se possível
- 2º inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa

- 3º: esclarecimento dos peritos
- 4º: acareações
- 5º: reconhecimento de pessoas e coisas
- 6º: interrogatório do acusado
- 7º: debate

III) Nas infrações penais de menor potencial ofensivo, quando o juizado especial criminal encaminhar ao juízo comum as peças existentes para a adoção de outro procedimento, observar-se-á o procedimento sumário.

CORRETA. É o que estabelece o art. 538:

Art. 538. Nas infrações penais de menor potencial ofensivo, quando o juizado especial criminal encaminhar ao juízo comum as peças existentes para a adoção de outro procedimento, observar-se-á o procedimento sumário previsto neste Capítulo.

Portanto, apenas os itens I e III estão corretos.

GABARITO D

35 - **(3º Simulado Geral. 2021. Inéditas)** De acordo com o Código de Processo Penal, qual é o recurso cabível e em qual prazo deve ser manejado contra decisão denegatória de habeas corpus proferida por uma vara criminal em primeiro grau de jurisdição

- a) Recurso em sentido estrito; 5 dias.
- b) Recurso em sentido estrito; 10 dias.
- c) Apelação; 2 dias.
- d) Apelação; 5 dias.
- e) Recurso em sentido estrito; 2 dias.

Comentário:

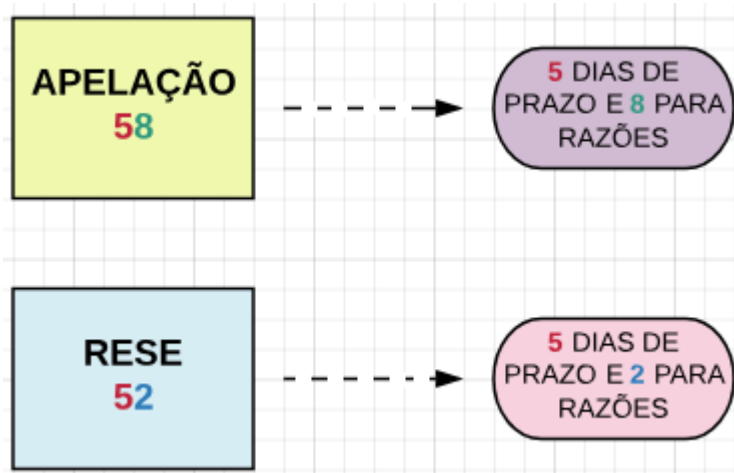
Como no caso houve a denegação da ordem de habeas corpus, o recurso cabível será o RESE (recurso em sentido estrito):

Art. 581, CPP. **Caberá recurso, no sentido estrito**, da decisão, despacho ou sentença:

X - **que conceder ou negar a ordem de habeas corpus;**

Art. 586, CPP. O recurso voluntário poderá ser interposto no **prazo de cinco dias.**

Veja o esquema facilitador:



GABARITO A

36 - (3º Simulado Geral. 2021. Inéditas) À luz do Código de Processo Penal, quanto à revisão criminal, analise as afirmativas abaixo e responda:

- I. Admite-se o agravamento da pena imposta na decisão revista.
- II. Quando, no curso da revisão, falecer a pessoa cuja condenação tiver de ser revista, o processo será extinto.
- III. O tribunal, se o interessado o requerer, poderá reconhecer o direito a uma justa indenização pelos prejuízos sofridos.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I e II, apenas.

Comentário:

~~I. Admite-se o agravamento da pena imposta na decisão revista.~~

INCORRETA. Na revisão, não poderá ser agravada a pena imposta pela decisão revista:

Art. 626, CPP. Julgando procedente a revisão, o tribunal poderá alterar a classificação da infração, absolver o réu, modificar a pena ou anular o processo.

Parágrafo único. De qualquer maneira, **não poderá ser agravada a pena imposta pela decisão revista.**

II. Quando, no curso da revisão, falecer a pessoa cuja condenação tiver de ser revista, o processo será extinto.

INCORRETA. Pois, nesse caso, o presidente do tribunal nomeará curador para a defesa, ou seja, o processo seguirá normalmente, mas com a presença do curador:

Art. 631, CPP. Quando, no curso da revisão, falecer a pessoa, cuja condenação tiver de ser revista, **o presidente do tribunal nomeará curador para a defesa.**

III. O tribunal, se o interessado o requerer, poderá reconhecer o direito a uma justa indenização pelos prejuízos sofridos.

CORRETA. Literalidade do art. 630 do CPP:

Art. 630, *caput*, CPP. O tribunal, se o interessado o requerer, poderá reconhecer o direito a uma justa indenização pelos prejuízos sofridos.

Portanto, apenas o item III está correto.

GABARITO C

37 - **(3º Simulado Geral. 2021. Inéditas)** Nos termos da Lei n. 9099/95 (Juizados Especiais Criminais), quanto a competência e os atos processuais, analise os itens abaixo e responda.

- I. A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.
- II. Os atos processuais serão públicos e não poderão realizar-se em horário noturno e em qualquer dia da semana, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.
- III. Serão objeto de registro escrito preferencialmente os atos havidos por essenciais. Os atos realizados em audiência de instrução e julgamento poderão ser gravados em fita magnética ou equivalente.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, apenas.
- e) III, apenas.

Comentário:

I. A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.

CORRETA. É o que estabelece o art. 63:

Art. 63 da Lei n. 9099/95. A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.

II. Os atos processuais serão públicos e ~~não~~ poderão realizar-se em horário noturno e em qualquer dia da semana, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

INCORRETA. Pois os atos processuais podem sim ser realizados em horário noturno:

Art. 64 da Lei n. 9099/95. Os atos processuais serão públicos e **poderão** realizar-se em horário noturno e em qualquer dia da semana, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

III. Serão objeto de registro escrito ~~preferencialmente~~ os atos havidos por essenciais. Os atos realizados em audiência de instrução e julgamento poderão ser gravados em fita magnética ou equivalente.

INCORRETA. Não é preferencialmente, mas sim exclusivamente!

Art. 65, §3º da Lei 9099/95. Serão objeto de registro escrito **exclusivamente** os atos havidos por essenciais. Os atos realizados em audiência de instrução e julgamento poderão ser gravados em fita magnética ou equivalente.

Portanto, apenas o item I está correto.

GABARITO D

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

38 - (3º Simulado Geral. 2021. Inéditas) No que se refere ao impedimento e à suspeição, é correto afirmar, nos termos do Código de Processo Civil de 2015, que:

- a) É expressamente admitida a criação de fato superveniente para caracterizar impedimento do juiz.
- b) Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo, quando for sócio ou membro de direção ou de administração de pessoa jurídica parte no processo.
- c) Caso o juiz se declarar suspeito por motivo de foro íntimo, ele precisa declarar suas razões.
- d) Será legítima a alegação de suspeição quando a parte que a alega houver praticado ato que signifique manifesta aceitação do arguido.
- e) No prazo de 10 (dez) dias, a contar do conhecimento do fato, a parte alegará o impedimento ou a suspeição, em petição específica dirigida ao juiz do processo, na qual indicará o fundamento da recusa, podendo instruí-la com documentos em que se fundar a alegação e com rol de testemunhas.

Comentário

a) ~~É expressamente admitida a criação de fato superveniente para caracterizar impedimento do juiz.~~

INCORRETA. Pois o § 2º do art. 144 veda esse tipo de comportamento:

Art. 144 (...)

§ 2º **É vedada** a criação de fato superveniente a fim de caracterizar impedimento do juiz.

b) *Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo, quando for sócio ou membro de direção ou de administração de pessoa jurídica parte no processo.*

CORRETA. De fato, essa é uma hipótese de impedimento do juiz:

Art. 144. Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo:

(...)

V - quando for sócio ou membro de direção ou de administração de pessoa jurídica parte no processo;

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	
IMPEDIMENTOS	SUSPEIÇÃO
I - em que interveio como mandatário da parte, oficiou como perito, funcionou como membro do Ministério Público ou prestou depoimento como testemunha;	I - amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados;
II - de que conheceu em outro grau de jurisdição, tendo proferido decisão;	II - que receber presentes de pessoas que tiverem interesse na causa antes ou depois de iniciado o processo, que aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa ou que subministrar meios para atender às despesas do litígio;
III - quando nele estiver postulando, como defensor público, advogado ou membro do Ministério Público, seu cônjuge ou companheiro, ou qualquer parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive;	III - quando qualquer das partes for sua credora ou devedora, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau, inclusive;
IV - quando for parte no processo ele próprio, seu cônjuge ou companheiro, ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive;	IV - interessado no julgamento do processo em favor de qualquer das partes.
V - quando for sócio ou membro de direção ou de administração de pessoa jurídica parte no processo;	
VI - quando for herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de qualquer das partes;	
VII - em que figure como parte instituição de ensino com a qual tenha relação de	

emprego ou decorrente de contrato de prestação de serviços;	
VIII - em que figure como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, mesmo que patrocinado por advogado de outro escritório;	
IX - quando promover ação contra a parte ou seu advogado.	

c) Caso o juiz se declarar suspeito por motivo de foro íntimo, ele precisa declarar suas razões.

INCORRETA. O juiz não precisa declarar suas razões nesse caso, conforme dispõe o § 1º do art. 145:

Art. 145 (...)

§ 1º Poderá o juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, **sem necessidade de declarar suas razões.**

d) Será legítima a alegação de suspeição quando a parte que a alega houver praticado ato que signifique manifesta aceitação do arguido.

INCORRETA. Pois, nesse caso, é considerada ILEGÍTIMA:

Art. 145 (...)

§ 2º Será **ilegítima** a alegação de suspeição quando:

I - houver sido provocada por quem a alega;

II - **a parte que a alega houver praticado ato que signifique manifesta aceitação do arguido.**

e) No prazo de 10 (dez) dias, a contar do conhecimento do fato, a parte alegará o impedimento ou a suspeição, em petição específica dirigida ao juiz do processo, na qual indicará o fundamento da recusa, podendo instruí-la com documentos em que se fundar a alegação e com rol de testemunhas.

INCORRETA. O prazo é de 15 dias:

Art. 146. No prazo de **15 (quinze) dias**, a contar do conhecimento do fato, a parte alegará o impedimento ou a suspeição, em petição específica dirigida ao juiz do processo, na qual indicará o fundamento da recusa, podendo instruí-la com documentos em que se fundar a alegação e com rol de testemunhas.

GABARITO B

39 - (3º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Sobre a forma dos atos processuais, aponte a alternativa correta:

- a) A desistência da ação só produzira efeitos após a homologação das partes.
- b) Os atos e os termos processuais dependem de forma determinada, salvo quando a lei expressamente a exigir, considerando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preenchem a finalidade essencial.
- c) O direito de consultar os autos de processo que tramite em segredo de justiça e de pedir certidões de seus atos é restrito somente às partes.
- d) Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo.
- e) De comum acordo, as partes podem fixar calendário para a prática dos atos processuais, dispensada a participação do juiz.

Comentário

a) A desistência da ação só produzira efeitos após a homologação das partes.

INCORRETA. A desistência da ação passa a produzir efeitos após homologação JUDICIAL:

Art. 200 (...)

Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação **judicial**.

b) Os atos e os termos processuais dependem de forma determinada, salvo quando a lei expressamente a dispensar, considerando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preenchem a finalidade essencial.

INCORRETA. É o contrário: em regra, os atos e termos processuais INDEPENDEM de forma determinada, salvo quando a lei expressamente a exigir:

Art. 188. Os atos e os termos processuais **independem** de forma determinada, **salvo quando a lei expressamente a exigir**, considerando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preenchem a finalidade essencial.

c) O direito de consultar os autos de processo que tramite em segredo de justiça e de pedir certidões de seus atos é restrito somente às partes.

INCORRETA. Pois os procuradores das partes também podem consultar:

Art. 189 (...)

§ 1º O direito de consultar os autos de processo que tramite em segredo de justiça e de pedir certidões de seus atos é restrito às partes **e aos seus procuradores**.

d) Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo.

CORRETA. É exatamente o que dispõe o art. 190 do CPC:

Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo.

e) De comum acordo, as partes podem fixar calendário para a prática dos atos processuais, dispensada a participação do juiz.

INCORRETA. A fixação do calendário se dá mediante acordo entre o juiz e as partes, ou seja, o juiz tem que participar:

Art. 191. De comum acordo, **o juiz e as partes** podem fixar calendário para a prática dos atos processuais, quando for o caso.

GABARITO D

40 - (3º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Sobre as disposições gerais aplicáveis às tutelas provisórias, é correto afirmar que:

- a) A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada.
- b) A tutela pode fundamentar-se em urgência, apenas.
- c) Em regra, a tutela provisória não conserva sua eficácia durante o período de suspensão do processo.
- d) A tutela provisória requerida em caráter incidental depende do pagamento de custas.
- e) A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida somente em caráter antecedente.

Comentário

a) A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada.

CORRETA. É exatamente o que dispõe o art. 296 do CPC/15:

Art. 296. A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada.

b) A tutela pode fundamentar-se em urgência, apenas.

INCORRETA. A tutela pode fundamentar também em evidência:

Art. 294. A tutela provisória pode fundamentar-se em **urgência ou evidência**.

c) Em regra, a tutela provisória não conserva sua eficácia durante o período de suspensão do processo.

INCORRETA. Em regra, conserva sim sua eficácia, salvo decisão judicial em contrário:

Art. 296 (...)

Parágrafo único. Salvo decisão judicial em contrário, a tutela provisória **conservará** a eficácia durante o período de suspensão do processo.

d) A tutela provisória requerida em caráter incidental depende do pagamento de custas.

INCORRETA. Pois não depende do pagamento de custas:

Art. 295. A tutela provisória requerida em caráter incidental independe do pagamento de custas.

e) A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida somente em caráter antecedente.

INCORRETA. Pois pode ser concedida também em caráter incidental:

Art. 294 (...)

Parágrafo único. A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter **antecedente ou incidental**.

OBS: Essa classificação em antecedente ou incidental diz respeito ao momento em que a tutela provisória é requerida.

Se a tutela provisória for requerida antes do processo principal: antecedente.

Se a tutela provisória for requerida no processo principal: incidental

GABARITO A

41 - (3º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Quanto à prova relacionada ao depoimento pessoal, é correto afirmar que:

a) A regra de que a parte não é obrigada a depor sobre fatos a cujo respeito, por estado ou profissão, deve guardar sigilo, também se aplica às ações de estado e de família.

b) Cabe à parte requerer o depoimento pessoal da outra parte, a fim de que esta seja interrogada na audiência de instrução e julgamento, não sendo permitido ao juiz ordená-lo de ofício.

c) É permitido a quem ainda não depôs assistir ao interrogatório da outra parte.

d) O depoimento pessoal deve ser colhido presencialmente, não havendo no Código de Processo Civil autorização para que se dê por videoconferência.

e) Se a parte, pessoalmente intimada para prestar depoimento pessoal e advertida da pena de confesso, não comparecer ou, comparecendo, se recusar a depor, o juiz aplicar-lhe-á a pena.

Comentário

a) A regra de que a parte não é obrigada a depor sobre fatos a cujo respeito, por estado ou profissão, deve guardar sigilo, ~~também se aplica às ações de estado e de família.~~

INCORRETA. Pois tal regra não se aplica às ações de estado e de família, conforme dispõe o parágrafo único do art. 388:

Art. 388. **A parte não é obrigada a depor sobre fatos:**

I - criminosos ou torpes que lhe forem imputados;

II - **a cujo respeito, por estado ou profissão, deva guardar sigilo;**

III - acerca dos quais não possa responder sem desonra própria, de seu cônjuge, de seu companheiro ou de parente em grau sucessível;

IV - que coloquem em perigo a vida do depoente ou das pessoas referidas no inciso III.

Parágrafo único. **Esta disposição não se aplica às ações de estado e de família.**

b) Cabe à parte requerer o depoimento pessoal da outra parte, a fim de que esta seja interrogada na audiência de instrução e julgamento, ~~não sendo permitido ao juiz ordená-lo de ofício.~~

INCORRETA. O juiz pode sim ordenar o depoimento pessoal da outra parte de ofício:

Art. 385. Cabe à parte requerer o depoimento pessoal da outra parte, a fim de que esta seja interrogada na audiência de instrução e julgamento, **sem prejuízo do poder do juiz de ordená-lo de ofício.**

OBS: quando o artigo estabelece que o juiz pode determinar algo de ofício, quer dizer que ele pode determinar sem que haja requerimento das partes.

c) ~~É permitido~~ a quem ainda não depôs assistir ao interrogatório da outra parte.

INCORRETA. Isso é expressamente VEDADO:

Art. 385 (...)

§ 2º **É vedado** a quem ainda não depôs assistir ao interrogatório da outra parte.

d) O depoimento pessoal deve ser colhido presencialmente, não havendo no Código de Processo Civil autorização para que se dê por videoconferência.

INCORRETA. O Código autoriza que o depoimento pessoal da a parte que residir em comarca, seção ou subseção judiciária diversa daquela onde tramita o processo seja colhido por meio de videoconferência ou outro recurso tecnológico:

Art. 385 (...)

§ 3º O depoimento pessoal da parte que residir em comarca, seção ou subseção judiciária diversa daquela onde tramita o processo **poderá ser colhido por meio de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real**, o que poderá ocorrer, inclusive, durante a realização da audiência de instrução e julgamento.

e) Se a parte, pessoalmente intimada para prestar depoimento pessoal e advertida da pena de confesso, não comparecer ou, comparecendo, se recusar a depor, o juiz aplicar-lhe-á a pena.

CORRETA. É o que estabelece o § 1º do art. 385:

Art. 385 (...)

§ 1º Se a parte, pessoalmente intimada para prestar depoimento pessoal e advertida da pena de confesso, não comparecer ou, comparecendo, se recusar a depor, o juiz aplicar-lhe-á a pena.

GABARITO E

42 – **(3º Simulado Geral. 2021. Inéditas)** Quanto ao recurso de agravo de instrumento, dispõe o art. 1.018 do CPC/15 que *“O agravante poderá requerer a juntada, aos autos do processo, de cópia da petição do agravo de instrumento, do comprovante de sua interposição e da relação dos documentos que instruíram o recurso”*. Não sendo os autos eletrônicos, o agravante tomará tal providência, a contar da interposição do recurso, no prazo de:

- a) 24 horas.
- b) 2 dias.
- c) 3 dias.
- d) 5 dias.
- c) 10 dias.

Comentário

Não sendo os autos eletrônicos, o prazo para que o agravante requeira a juntada aos autos do processo, de cópia da petição do agravo de instrumento, do comprovante de sua interposição e da relação dos documentos que instruíram o recurso, é de 3 dias:

Art. 1.018. O agravante poderá requerer a juntada, aos autos do processo, de cópia da petição do agravo de instrumento, do comprovante de sua interposição e da relação dos documentos que instruíram o recurso.

§ 2º Não sendo eletrônicos os autos, o agravante tomará a providência prevista no caput , **no prazo de 3 (três) dias** a contar da interposição do agravo de instrumento.

Perceba, então:

- **Autos eletrônicos:** a parte não precisa requerer a juntada aos autos do processo, de cópia da petição do agravo de instrumento, do comprovante de sua interposição e da relação dos documentos que instruíram o recurso
- **Autos físicos:** precisa requerer no prazo de 03 dias da interposição do recurso.

GABARITO C

43 – (3º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Não poderão ser partes, nos Juizados Especiais Cíveis, conforme dispõe a Lei 9.099/95:

- a) as sociedades de crédito ao microempreendedor.
- b) as pessoas jurídicas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
- c) as pessoas físicas capazes.
- d) as pessoas enquadradas com microempreendedoras individuais, microempresas e empresas de pequeno porte.
- e) as pessoas jurídicas de direito público

Comentário

NÃO PODEM SER PARTES NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS (ART. 8º da lei n. 9.099/95)
➤ O INCAPAZ
➤ O PRESO
➤ AS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO
➤ AS EMPRESAS PÚBLICAS DA UNIÃO
➤ A MASSA FALIDA
➤ INSOLVENTE CIVIL

É o que diz o art. 8º:

Art. 8º Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.

As demais pessoas referidas nas demais alternativas são admitidas a propor :

Art. 8 (...)

§ 1º Somente serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial:

I - as pessoas físicas capazes, excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas;

II - as pessoas enquadradas como microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte na forma da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

III - as pessoas jurídicas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, nos termos da Lei no 9.790, de 23 de março de 1999

IV - as sociedades de crédito ao microempreendedor, nos termos do art. 1º da Lei no 10.194, de 14 de fevereiro de 2001.

GABARITO E

44 - (3º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Nos termos da Lei 12.153/2009, que dispõe acerca dos Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, é correto afirmar que:

- a) Incluem-se na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública as demandas sobre direitos ou interesses difusos ou coletivos.
- b) Nas causas de que trata esta Lei, não haverá reexame necessário.
- c) Os representantes judiciais dos réus presentes à audiência poderão conciliar, transigir, exceto desistir, nos processos da competência dos Juizados Especiais, nos termos e nas hipóteses previstas na lei do respectivo ente da Federação.
- d) é concedido o prazo em dobro para a manifestação às pessoas jurídicas de direito público.
- e) É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 40 (quarenta) salários mínimos.

Comentário

a) Incluem-se na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública as demandas sobre direitos ou interesses difusos ou coletivos.

INCORRETA. O §1º do art. 2º elenca uma lista de ações que não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública, dentre as quais se encontra as demandas sobre direitos ou interesses difusos ou coletivos:

Art. 2º (...)

§ 1º Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública:

- I – as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos;
- II – as causas sobre bens imóveis dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas;
- III – as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou sanções disciplinares aplicadas a militares.

b) Nas causas de que trata esta Lei, não haverá reexame necessário.

CORRETA. De fato, nos termos do art. 11, não haverá reexame necessário:

Art. 11. Nas causas de que trata esta Lei, **não haverá reexame necessário.**

O que é reexame necessário? É a necessidade de que determinadas sentenças sejam confirmadas pelo Tribunal (órgão de segunda instância), ainda que não tenha havido nenhum recurso interposto pelas partes.

Isso não ocorre na Lei n. 12.153/2009.

c) Os representantes judiciais dos réus presentes à audiência poderão conciliar, transigir, ~~exeter~~ desistir, nos processos da competência dos Juizados Especiais, nos termos e nas hipóteses previstas na lei do respectivo ente da Federação.

INCORRETA. Poderão desistir também:

Art. 8º Os representantes judiciais dos réus presentes à audiência **poderão conciliar, transigir ou desistir** nos processos da competência dos Juizados Especiais, nos termos e nas hipóteses previstas na lei do respectivo ente da Federação.

d) é concedido o prazo em dobro para a manifestação às pessoas jurídicas de direito público.

INCORRETA.

Art. 7º **Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público**, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

e) É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 40 (quarenta) salários mínimos.

INCORRETA. Pois é até 60 salários mínimos:

Art. 2º É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos.

GABARITO B

DIREITO CONSTITUCIONAL

45 - **(3º Simulado Geral. 2021. Inéditas)** Afrodite é ex-jogadora de vôlei e, embora não graduada em Educação Física, é treinadora de uma escola de vôlei no Rio de Janeiro. Afrodite não tem registro no Conselho Regional de Educação Física (CREF) e por isso, está sendo compelida, pelo Conselho Regional da 1ª Região a ter registro em seus quadros. Afrodite procurou um advogado que lhe orientou adequadamente, nos termos constitucionais que,

- a) seu registro nos quadros do Conselho Regional de Educação Física (CREF) será obrigatório caso haja lei que imponha essa obrigatoriedade, não sendo suficiente norma interna do CREF a respeito.
- b) o Conselho Regional de Educação Física (CREF) pode obrigá-la a ter registro, independentemente de qualquer disposição legal, já que possui poder de polícia.
- c) o Conselho Regional de Educação Física (CREF) só pode obrigá-la a ter registro se houver norma interna desse Conselho que imponha a treinadores de vôlei terem registro em seus quadros.

d) seu registro nos quadros do Conselho Regional de Educação Física (CREF) não será obrigatório, ainda que haja lei estabelecendo sua obrigatoriedade, uma vez que, a Constituição da República Federativa do Brasil assegura a liberdade de exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão.

e) ela não poderá exercer a profissão de treinadora de vôlei caso não haja lei que regule essa profissão, sendo, nessa possibilidade, descabida a exigência de registro nos quadros do Conselho Regional de Educação Física (CREF).

Comentário:

Questão para revisarmos que somente por lei é possível criar qualificação profissional, nos termos do inciso XIII do art. 5º da CF/88, que assim estabelece:

Art. 5º, XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

Conseqüentemente, somente por **LEI** pode ser estabelecidas qualificações profissionais para o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão.

GABARITO A

46 - (3º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Segundo a Constituição Federal, é correto afirmar que

- a) haverá juízo ou tribunal de exceção.
- b) a lei excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.
- c) No Brasil não é garantido o direito de herança.
- d) a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cujus".
- e) a lei poderá em alguns casos prejudicar e interferir no direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

Comentário:

a) ~~haverá~~ juízo ou tribunal de exceção.

INCORRETA.

Art. 5º, XXXVII, CF - **não** haverá juízo ou tribunal de exceção;

b) a lei ~~excluirá~~ da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito

INCORRETA.

Art. 5º, XXXV, CF - a lei **não** excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

c) No Brasil ~~não~~ é garantido o direito de herança.

INCORRETA.

Art. 5º, XXX, CF - **é garantido** o direito de herança;

d) a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cujus"

CORRETA.

Art. 5º, XXXI, CF - a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cujus";

e) ~~a lei poderá em alguns casos prejudicar e interferir no direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.~~

INCORRETA.

XXXVI - **a lei não prejudicará** o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

GABARITO D

47 - **(3º Simulado Geral. 2021. Inéditas)** De acordo com o art. 12 da CF/88, são privativos de brasileiro nato os cargos:

I) de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

II) de Ministro do Estado da Cultura.

III) de oficial das Forças Armadas.

Está correto o que se afirma em:

a) I, apenas.

b) I e III, apenas.

c) II, apenas.

d) III, apenas.

e) I, II e III.

Comentário

Questão exigiu conhecimento do famoso MP3.COM:

- Ministro do Supremo Tribunal Federal

- Presidente e Vice Presidente da República
- Presidente da Câmara dos Deputados
- Presidente do Senado Federal
- Carreira Diplomática
- Oficiais das Forças Armadas
- Ministro do Estado da Defesa

I) de Ministro do ~~Superior Tribunal de Justiça.~~

INCORRETA. É Ministro do Supremo Tribunal Federal.

II) de Ministro do Estado ~~da Cultura.~~

INCORRETA. É Ministro do Estado da Defesa.

III) de oficial das Forças Armadas.

CORRETA.

Portanto, apenas o item III está correto.

GABARITO D

48 – (3º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Nos termos da Constituição Federal, o servidor público, da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo de Prefeito,

- a) será demitido do cargo, emprego ou função, sem direito a qualquer vantagem.
- b) deverá pedir demissão do seu cargo, emprego ou função, trinta dias antes de assumir o mandato eletivo.
- c) não poderá manter o seu cargo, emprego ou função, devendo ser remunerado, necessariamente, pelo cargo eletivo.
- d) será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- e) poderá acumular os cargos, desde que haja compatibilidade de horários, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

Comentário:

Questão exigiu o conhecimento do quanto disposto no art. 38 da CF/88:

Art. 38. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

I - tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II - **investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;**

III - investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

V - na hipótese de ser segurado de regime próprio de previdência social, permanecerá filiado a esse regime, no ente federativo de origem. ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019](#))

Veja o esquema facilitador:



GABARITO D

49 - **(3º Simulado Geral. 2021. Inéditas)** À luz da Constituição Federal, no âmbito da União, em se tratando de servidores abrangidos pelo regime de previdência social, mulheres e homens se aposentarão, respectivamente, aos:

- a) 62 (sessenta e dois) anos e 65 (sessenta e cinco) anos.
- b) 65 (sessenta e cinco) anos e 70 (setenta) anos.
- c) 55 (cinquenta e cinco) anos e 60 (sessenta) anos.
- d) 70 (setenta) anos e 75 (setenta e cinco) anos.
- e) 60 (sessenta) anos e 65 (sessenta e cinco) anos.

Comentário:

Questão exigiu o conhecimento das novas regras de aposentadoria, recentemente incluídas pela Emenda Constitucional n. 103/2019:

Art. 40 (...)

§ 1º O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado: [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019\)](#)

I - por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, na forma de lei do respectivo ente federativo; [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019\)](#)

II - compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar; [Redação dada pela Emenda Constitucional nº 88, de 2015](#)) (Vide Lei Complementar nº 152, de 2015)

III - **no âmbito da União, aos 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem**, e, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na idade mínima estabelecida mediante emenda às respectivas Constituições e Leis Orgânicas, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019\)](#)

GABARITO A

50 - (3º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Nos termos da Constituição Federal de 1988, quanto às disposições relacionadas aos servidores públicos, analise os itens abaixo e responda.

I. O tempo de contribuição federal, estadual, distrital ou municipal não será contado para fins de aposentadoria.

II. É permitida a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.

III. Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Geral de Previdência Social.

Está correto o que se afirma em:

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) II e III, apenas.

d) I e III, apenas.

e) III, apenas.

Comentário:

I. O tempo de contribuição federal, estadual, distrital ou municipal não será contado para fins de aposentadoria.

INCORRETA. Pois será contado sim:

Art. 40, § 9º, CF. O tempo de contribuição federal, estadual, distrital ou municipal **será** contado para fins de aposentadoria, observado o disposto nos §§ 9º e 9º-A do art. 201, e o tempo de serviço correspondente será contado para fins de disponibilidade. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019\)](#)

II. É permitida a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.

INCORRETA.

Art. 39, § 9º, CF. **É vedada** a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019\)](#)

III. Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Geral de Previdência Social.

CORRETA.

Art. 40, § 13, CF. Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Geral de Previdência Social. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

Portanto, apenas o item III está correto.

GABARITO E

51 - **(3º Simulado Geral. 2021. Inéditas)** De acordo com a CRFB/88, quanto aos servidores públicos, analise os itens abaixo e responda

I. Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, com direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

II. Como condição para a aquisição da estabilidade, é facultativa a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

III. São estáveis após dois anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e III, apenas.
- b) II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) Todas as afirmativas estão incorretas.

Comentário:

I. Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, ~~com direito~~ a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

INCORRETA. Pois não tem direito à indenização:

Art. 41, §2º, CF. Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, **sem direito** a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II. Como condição para a aquisição da estabilidade, é ~~facultativa~~ a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

INCORRETA.

Art. 41, § 4º Como condição para a aquisição da estabilidade, é **obrigatória** a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III. São estáveis após ~~dois anos~~ de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

INCORRETA.

Art. 41. São estáveis após **três anos** de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

GABARITO E

DIREITO ADMINISTRATIVO

52 - **(3º Simulado Geral. 2021. Inéditas)** No tocante a Lei n. 10.261/68, quanto ao processo por abandono do cargo ou função e por inassiduidade, analise os itens a seguir e responda.

- I. a defesa só poderá versar sobre força maior, coação ilegal ou motivo legalmente justificável.
- II. será instaurado processo, no caso de inassiduidade, ainda que o servidor tenha pedido exoneração.
- III. Verificada a ocorrência de faltas ao serviço que caracterizem abandono de cargo ou função, bem como inassiduidade, o superior imediato comunicará o fato à autoridade competente para determinar a instauração de processo disciplinar, instruindo a representação com cópia da ficha funcional do servidor e atestados de frequência.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I e III, apenas.

Comentário:

I. a defesa só poderá versar sobre força maior, coação ilegal ou motivo legalmente justificável.

CORRETA.

Art. 311 da Lei n. 10.261/68. A defesa só poderá versar sobre força maior, coação ilegal ou motivo legalmente justificável.

II. será instaurado processo, no caso de inassiduidade, ~~ainda que o servidor tenha pedido exoneração.~~

INCORRETA.

Art. 309 da Lei n. 10.261/68. **Não será instaurado processo** para apurar abandono de cargo ou função, bem como inassiduidade, **se o servidor tiver pedido exoneração.**

III. Verificada a ocorrência de faltas ao serviço que caracterizem abandono de cargo ou função, bem como inassiduidade, o superior imediato comunicará o fato à autoridade competente para determinar a instauração de processo disciplinar, instruindo a representação com cópia da ficha funcional do servidor e atestados de frequência.

CORRETA.

Art. 308 da Lei n. 10.261/68. Verificada a ocorrência de faltas ao serviço que caracterizem abandono de cargo ou função, bem como inassiduidade, o superior imediato comunicará o fato à autoridade competente para determinar a instauração de processo disciplinar, instruindo a representação com cópia da ficha funcional do servidor e atestados de frequência.

GABARITO E

53 – (3º Simulado Geral. 2021. Inéditas) De acordo com a Lei n. 10.261/68, quanto a revisão (art. 315 a 321), julgue os itens abaixo e responda.

I. Será admitida a reiteração do pedido de revisão processual pelo mesmo fundamento, por duas vezes.

II. Deferido o processamento da revisão, será este realizado por Procurador de Estado que não tenha funcionado no procedimento disciplinar de que resultou a punição do requerente.

III. A simples alegação de injustiça da decisão de punição disciplinar da qual não caiba mais recurso constitui fundamento para o pedido de revisão processual.

Está correto o que se afirma em:

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e II, apenas.

e) II e III, apenas.

Comentário:

I. ~~Será admitida~~ a reiteração do pedido de revisão processual pelo mesmo fundamento, por duas vezes.

INCORRETA.

Art. 315, § 2º da Lei n. 10.261/68. **Não será admitida** reiteração de pedido pelo mesmo fundamento.

II. Deferido o processamento da revisão, será este realizado por Procurador de Estado que não tenha funcionado no procedimento disciplinar de que resultou a punição do requerente.

CORRETA.

Art. 319, da Lei n. 10.261/68. Deferido o processamento da revisão, será este realizado por Procurador de Estado que não tenha funcionado no procedimento disciplinar de que resultou a punição do requerente.

III. A simples alegação de injustiça da decisão de punição disciplinar da qual não caiba mais recurso constitui fundamento para o pedido de revisão processual.

INCORRETA.

Art. 315, § 1º da Lei n. 10.261/68. A simples alegação da injustiça da decisão **não constitui fundamento do pedido.**

GABARITO B

54 - **(3º Simulado Geral. 2021. Inéditas)** De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, o acusado em processo administrativo,

- a) não sendo encontrado para citação no endereço constante de seu assentamento individual, terá imediatamente decretado o abandono de cargo.
- b) não tem assegurada a ampla defesa, que só se defere no processo judicial posterior.
- c) deverá ser citado pelo menos 10 dias antes da data fixada para o interrogatório.
- d) deverá ser citado, devendo o mandado de citação conter, dentre outros elementos, a data do interrogatório e a data da oitiva do denunciante, se houver.
- e) caso se apresente sem advogado próprio constituído, será considerado réu revel.

Comentário:

a) não sendo encontrado para citação no endereço constante de seu assentamento individual, terá imediatamente decretado o abandono de cargo.

INCORRETA.

Art. 278, § 3º da Lei n. 10.261/68. Não sendo encontrado em seu local de trabalho ou no endereço constante de seu assentamento individual, furtando-se o acusado à citação ou ignorando-se seu paradeiro, **a citação far-se-á por edital**, publicado uma vez no Diário Oficial do Estado, no mínimo 10 (dez) dias antes do interrogatório.

b) não tem assegurada a ampla defesa, que só se defere no processo judicial posterior.

INCORRETA.

Art. 268 da lei n. 10.261/68. A apuração das infrações será feita mediante sindicância ou processo administrativo, **assegurados o contraditório e a ampla defesa.**

c) deverá ser citado pelo menos 10 dias antes da data fixada para o interrogatório.

INCORRETA.

Art. 278, § 2º da Lei n. 10.261/68. A citação do acusado será feita pessoalmente, **no mínimo 2 (dois) dias antes** do interrogatório, por intermédio do respectivo superior hierárquico, ou diretamente, onde possa ser encontrado.

d) deverá ser citado, devendo o mandado de citação conter, dentre outros elementos, a data do interrogatório e a data da oitiva do denunciante, se houver.

CORRETA.

Art. 278 da Lei n. 10.261/68. Atuada a portaria e demais peças preexistentes, designará o presidente dia e hora para audiência de interrogatório, determinando a citação do acusado e a notificação do denunciante, se houver. (NR)

§ 1º - O mandado de citação deverá conter: (NR)

1 - cópia da portaria; (NR)

2 - data, hora e local do interrogatório, que poderá ser acompanhado pelo advogado do acusado; (NR)

3 - data, hora e local da oitiva do denunciante, se houver, que deverá ser acompanhada pelo advogado do acusado; (NR)

4 - esclarecimento de que o acusado será defendido por advogado dativo, caso não constitua advogado próprio; (NR)

5 - informação de que o acusado poderá arrolar testemunhas e requerer provas, no prazo de 3 (três) dias após a data designada para seu interrogatório; (NR)

6 - advertência de que o processo será extinto se o acusado pedir exoneração até o interrogatório, quando se tratar exclusivamente de abandono de cargo ou função, bem como inassiduidade. (NR)

e) caso se apresente sem advogado próprio constituído, será considerado réu revel.

INCORRETA.

Art. 282, § 3º da Lei n. 10.261/68. Não tendo o acusado recursos financeiros ou negando-se a constituir advogado, **o presidente nomeará advogado dativo.**

GABARITO D

55 - **(3º Simulado Geral. 2021. Inéditas)** Nos termos da Lei n. 10.261/68 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo), quanto ao processo disciplinar, qual órgão é competente para realizar os procedimentos disciplinares punitivos

- a) A Procuradoria Geral do Estado
- b) O Ministério Público.
- c) A Defensoria Pública.
- d) A Secretaria da Justiça e da Cidadania.
- e) O Juiz de Primeira Instância da Comarca do funcionário.

Comentário:

Art. 271 da Lei n. 10.261/68. Os procedimentos disciplinares punitivos serão realizados pela Procuradoria Geral do Estado e presididos por Procurador do Estado confirmado na carreira.

GABARITO A

56 - **(3º Simulado Geral. 2021. Inéditas)** De acordo com a Lei n. 10.261/68, extingue-se a punibilidade pela prescrição da falta sujeita à suspensão ou multa em

- a) 3 anos.
- b) 5 anos.
- c) 2 anos.
- d) 4 anos.
- e) 1 ano.

Comentário:

Art. 261 da lei n. 10.261/68. Extingue-se a punibilidade pela prescrição: (NR)

I - **da falta sujeita à pena de repreensão, suspensão ou multa, em 2 (dois) anos;** (NR)

II - da falta sujeita à pena de demissão, de demissão a bem do serviço público e de cassação da aposentadoria ou disponibilidade, em 5 (cinco) anos; (NR)

III - da falta prevista em lei como infração penal, no prazo de prescrição em abstrato da pena criminal, se for superior a 5 (cinco) anos. (NR)

Veja o esquema facilitador:

2 ANOS	REPREENSÃO
	SUSPENSÃO
	MULTA
5 ANOS	DEMISSÃO
	DEMISSÃO A BEM DO SERVIÇO PÚBLICO
	CASSAÇÃO DA APOSENTADORIA OU DISPONIBILIDADE
NO PRAZO DE PRESCRIÇÃO EM ABSTRATO DA PENA CRIMINAL, SE FOR SUPERIOR A CINCO ANOS	FALTA PREVISTA EM LEI DEFINIDA COMO INFRAÇÃO PENAL

GABARITO C

57 - (3º Simulado Geral. 2021. Inéditas) À luz da Lei n. 8429/92, analise os itens abaixo e responda:

I. quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.

II. a representação à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade é de competência exclusiva do Ministério Público.

III. não constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.

e) I e III, apenas.

Comentário:

I. Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.

CORRETA.

Art. 7º da Lei 8429/92. Quando o ato de improbidade causar LESÃO ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.

II. a representação à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade é de competência exclusiva do Ministério Público.

INCORRETA.

Art. 14º da Lei 8429/92. **QUALQUER PESSOA** poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

III. não constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.

INCORRETA.

Art. 19. **CONSTITUI CRIME** a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.

GABARITO A

58 - (3º Simulado Geral. 2021. Inéditas) No tocante a Lei de Improbidade Administrativa, quanto ao ato que importe em prejuízo ao erário, o agente público está sujeito, dentre outras penalidades, à suspensão dos direitos políticos de

- a) cinco a seis anos.
- b) um a dois anos.
- c) cinco a oito anos.
- d) dois a três anos.
- e) dois a quatro anos.

Comentário:

A tabela das penas da Lei de Improbidade deve ser decorada agora e sempre:

	ART. 9º - ENRIQUECIMENTO ILÍCITO	ART. 10º - PREJUÍZO AO ERÁRIO	ART. 10 - A - DECORRENTES DE CONCESSÃO INDEVIDA DE BENEFÍCIO FINANCEIRO OU TRIBUTÁRIO	ART. 11 - ATENTAM CONTRA OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
	Perda de bens	Perda de bens	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX
	Perda da função	Perda da função	Perda da função	Perda da função
	Ressarcimento ao erário	Ressarcimento ao erário	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	Ressarcimento ao erário
Suspensão dos Direitos Políticos	8 a 10 anos	<u>5 a 8 anos</u>	5 a 8 anos	3 a 5 anos
Multa	Até 3x o valor do dano	Até 2x o valor do dano	Até 3x o valor do benefício	Até 100x a renumeração
Proibição de contratar com o Poder Público...	10 anos	<u>5</u> anos	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	<u>3</u> anos

GABARITO C

59 - (3º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Hades é agente público que se recusou a prestar declaração dos bens exigidos pela Lei Federal n. 8.429/92, dentro do prazo determinado, logo,

- Hades estará sujeito à suspensão dos vencimentos até que apresente a declaração devida.
- Hades poderá ser punido com a pena de repreensão.
- Hades será punido com a pena de demissão a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
- Hades pagará multa por dia de atraso equivalente a 10% (dez por cento) do correspondente ao valor da remuneração que percebe por dia de trabalho.
- Hades estará sujeito à penalidade de multa de até 25% (vinte e cinco por cento) de seus vencimentos anuais.

Comentário:

Hades será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público. Conforme previsão legal contida no art. 13, §3º da Lei de Improbidade Administrativa.

Art. 13 §3º da Lei 8429/92. **Será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis,** o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.

GABARITO C

NORMAS DA CORREGEDORIA

60 - (3º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Quanto às apurações preliminares, às sindicâncias e aos processos administrativos, analise as seguintes assertivas:

I) Nos casos de proposta de demissão ou dispensa, demissão ou dispensa a bem do serviço público, ou cassação de aposentadoria, os autos serão sempre redistribuídos à Corregedoria Geral para apreciação, independentemente da não interposição de recurso.

II) Eventuais recursos serão interpostos fisicamente e, após mantida a decisão, ou reformada parcialmente, remetidos à Corregedoria Geral da Justiça, excepcionalmente por funcionalidade de redistribuição.

III) Sem prejuízo da atribuição ao Juiz Corregedor Permanente, o Corregedor Geral da Justiça poderá aplicar, originariamente, as sanções cabíveis e, enquanto não prescrita a infração, reexaminar, de ofício ou mediante provocação, decisões absolutórias ou de arquivamento.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II, apenas.
- e) I, II e III.

Comentário

I) Nos casos de proposta de demissão ou dispensa, demissão ou dispensa a bem do serviço público, ou cassação de aposentadoria, os autos serão sempre redistribuídos à Corregedoria Geral para apreciação, independentemente da não interposição de recurso.

CORRETA. De fato, mesmo que não haja a interposição do recurso, os autos serão redistribuídos à Corregedoria Geral para apreciação:

Art. 17 (...)

Parágrafo único. Nos casos de proposta de demissão ou dispensa, demissão ou dispensa a bem do serviço público, ou cassação de aposentadoria, os autos serão sempre redistribuídos à Corregedoria Geral para apreciação, independentemente da não interposição de recurso. **(Acrescentado pelo Provimento CG Nº 54/2019)**

II) Eventuais recursos serão interpostos fisicamente e, após mantida a decisão, ou reformada parcialmente, remetidos à Corregedoria Geral da Justiça, excepcionalmente por funcionalidade de redistribuição.

INCORRETA. Eventuais recursos serão interpostos ELETRONICAMENTE:

Art. 17. Eventuais recursos serão interpostos eletronicamente e, após mantida a decisão, ou reformada parcialmente (art. 312, § 3º, da Lei Estadual nº 10.261/68), remetidos à Corregedoria Geral da Justiça, excepcionalmente por funcionalidade de redistribuição. **(Alterado pelo Provimento CG Nº 54/2019)**

III) Sem prejuízo da atribuição ao Juiz Corregedor Permanente, o Corregedor Geral da Justiça poderá aplicar, originariamente, as sanções cabíveis e, enquanto não prescrita a infração, reexaminar, de ofício ou mediante provocação, decisões absolutórias ou de arquivamento.

CORRETA. É que dispõe o art. 18:

Art. 18. Sem prejuízo da atribuição ao Juiz Corregedor Permanente, o Corregedor Geral da Justiça poderá aplicar, originariamente, as sanções cabíveis e, enquanto não prescrita a infração, reexaminar, de ofício ou mediante provocação, decisões absolutórias ou de arquivamento.

Portanto, apenas I e III estão corretas.

GABARITO C

61 - **(3º Simulado Geral. 2021. Inéditas)** Responda a alternativa correta no que se refere ao cadastramento, Movimentação e Controle Eletrônico de Processos e Incidentes Processuais.

- a) Será admitida a exclusão de parte do processo, procedendo-se à sua baixa, quando necessário.
- b) Todos os litisconsortes, intervenientes e terceiros interessados, bem como seus respectivos representantes, serão cadastrados.
- c) As cartas precatórias não serão cadastradas no sistema informatizado.
- d) O cadastro conterá detalhadamente todas as informações a respeito do processo, de modo a individualizá-lo com exatidão.
- e) É permitida a elaboração de fichário por nome de autor e a utilização de fichas individuais materializadas em papel ou constantes de outros sistemas informatizados.

Comentário

A) Será admitida a exclusão de parte do processo, procedendo-se à sua baixa, quando necessário.

INCORRETA. O § 2º do art. 54 veda a exclusão de parte no processo:

§ 2º **Não será admitida** exclusão de parte no processo, procedendo-se à sua baixa, quando necessário.

b) Todos os litisconsortes, intervenientes e terceiros interessados, bem como seus respectivos representantes, serão cadastrados.

CORRETA. É o que está descrito no § 1º do art. 54:

Art. 54, § 1º Todos os litisconsortes, intervenientes e terceiros interessados, bem como seus respectivos representantes, serão cadastrados.

c) As cartas precatórias não serão cadastradas no sistema informatizado.

INCORRETA. Serão sim e devem seguir as mesmas regras dos processos comuns:

Art. 58. As cartas precatórias serão cadastradas no sistema informatizado seguindo as mesmas regras dos processos comuns, consignando-se, ainda, a indicação completa do juízo deprecante, e não apenas da comarca de origem, os nomes das partes, a natureza da ação e a diligência deprecada.

d) O cadastro conterá detalhadamente todas as informações a respeito do processo, de modo a individualizá-lo com exatidão.

INCORRETA. Pois o cadastro deve conter as principais informações, ou seja, não são todas detalhadamente:

Art. 53 (...)

Art. 53, § 1º O cadastro conterá as principais informações a respeito do processo, de modo a individualizá-lo com exatidão (qualificação das partes e de eventuais representantes, advogados e os respectivos números de inscrição na OAB, valor da causa, objeto da ação etc).

e) É permitida a elaboração de fichário por nome de autor e a utilização de fichas individuais materializadas em papel ou constantes de outros sistemas informatizados.

INCORRETA. Isso é vedado pelo art. 57:

Art. 57. Nos ofícios de justiça, o registro e controle da movimentação dos feitos realizar-se-ão exclusivamente pelo sistema informatizado oficial, vedadas a elaboração de fichário por nome de autor e a utilização de fichas individuais materializadas em papel ou constantes de outros sistemas informatizados.

GABARITO B

62 - (3º Simulado Geral. 2021. Inéditas) De acordo com o art. 97 das Normas da Corregedoria Geral de Justiça, deverá ser feita a conclusão dos autos e executados os atos processuais no prazo, respectivamente, de:

a) 1 dia e 5 dias.

- b) 2 dias e 5 dias.
- c) imediatamente e 2 dias.
- d) 5 dias e 10 dias.
- e) 2 dias e 4 dias.

Comentário

Questão exigiu o conhecimento do art. 97:

Art. 97. Deverá ser feita conclusão dos autos no prazo de 1 (um) dia e executados os atos processuais no prazo de 5 (cinco) dias.

Conclusão: 1 dia

Execução: 5 dias

GABARITO A

63 - (3º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Quanto às intimações, é correto afirmar, nos termos do que dispõem as Normas da Corregedoria Geral de Justiça, que:

- a) Os despachos, decisões interlocutórias e sentenças devem ser encaminhados à publicação no Diário da Justiça Eletrônico, dentro do prazo máximo de 3 (três) dias, a contar da devolução dos autos em cartório.
- b) É autorizado ao servidor dos escritórios de justiça prestar informações por telefone aos advogados, aos membros do Ministério Público, às partes e ao público em geral acerca dos atos e termos do processo.
- c) Da publicação no Diário da Justiça Eletrônico a respeito de processos sujeitos ao segredo de justiça constarão os nomes completos das partes.
- d) As publicações feitas no Diário da Justiça Eletrônico comprovam-se mediante certidão, desde que seja juntado o exemplar impresso.
- e) Quando ocorrer erro ou omissão de elemento indispensável na publicação, desde que haja autorização do juiz mediante despacho ou reclamação da parte, proceder-se-á imediatamente à retificação e nova publicação, encartando-se aos autos cópia do ato incorretamente publicado

Comentário

a) Os despachos, decisões interlocutórias e sentenças devem ser encaminhados à publicação no Diário da Justiça Eletrônico, dentro do prazo máximo de 3 (três) dias, a contar da devolução dos autos em cartório.

CORRETA. Está de acordo com o art. 133:

Art. 133. Os despachos, decisões interlocutórias e sentenças devem ser encaminhados à publicação no Diário da Justiça Eletrônico, dentro do prazo máximo de 3 (três) dias, a contar da devolução dos autos em cartório.

b) ~~É autorizado~~ ao servidor dos escritórios de justiça prestar informações por telefone aos advogados, aos membros do Ministério Público, às partes e ao público em geral acerca dos atos e termos do processo.

INCORRETA. É vedado!!!

Art. 132 (...)

Parágrafo único. **É vedado** ao servidor dos escritórios de justiça prestar informações por telefone aos advogados, aos membros do Ministério Público, às partes e ao público em geral acerca dos atos e termos do processo.

c) Da publicação no Diário da Justiça Eletrônico a respeito de processos sujeitos ao sigilo de justiça constarão os ~~nomes completos~~ das partes.

INCORRETA. Só deve constar as INICIAIS:

Art. 138. Da publicação no Diário da Justiça Eletrônico a respeito de processos sujeitos ao sigilo de justiça **constarão as iniciais** das partes

d) As publicações feitas no Diário da Justiça Eletrônico comprovam-se mediante certidão, ~~desde que seja juntado o exemplar impresso.~~

INCORRETA. Não precisa juntar o exemplar impresso:

Art. 140 (...)

Parágrafo único. As publicações feitas no Diário da Justiça Eletrônico comprovam-se mediante certidão, **independentemente da juntada do exemplar impresso.**

e) Quando ocorrer erro ou omissão de elemento indispensável na publicação, ~~desde que haja autorização do juiz mediante despacho ou reclamação da parte, proceder-se-á imediatamente à retificação e nova publicação, encartando-se aos autos cópia do ato incorretamente publicado~~

INCORRETA. Para a retificação da publicação, não há a necessidade de despacho do juiz ou reclamação da parte:

Art. 137. Quando ocorrer erro ou omissão de elemento indispensável na publicação, **independentemente de despacho ou de reclamação da parte**, proceder-se-á imediatamente à retificação e nova publicação, encartando-se aos autos cópia do ato incorretamente publicado

GABARITO A

64 - (3º Simulado Geral. 2021. Inéditas) No que diz respeito à consulta às movimentações processuais e decisões, analise as seguintes assertivas:

I) Os advogados, defensores públicos, procuradores e membros do Ministério Público, não vinculados a processo, previamente identificados, poderão acessar todos os atos e documentos processuais armazenados, inclusive nos casos de processos em sigilo ou segredo de justiça

II) É livre a consulta, no sítio do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, às movimentações processuais, inteiro teor das decisões, sentenças, votos, acórdãos e aos mandados de prisão registrados no BNMP.

III) Os processos que tramitam no sistema de processamento eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em segredo de justiça, só poderão ser consultados pelas partes e procuradores habilitados a atuar no processo.

Está correto o que se afirma em:

a) I, apenas.

b) II e III, apenas.

c) III, apenas.

d) I e II, apenas.

e) I, II e III.

Comentário

I) Os advogados, defensores públicos, procuradores e membros do Ministério Público, não vinculados a processo, previamente identificados, poderão acessar todos os atos e documentos processuais armazenados, inclusive nos casos de processos em sigilo ou segredo de justiça

INCORRETA.

Art. 1224 (...)

§ 2º Os advogados, defensores públicos, procuradores e membros do Ministério Público, não vinculados a processo, previamente identificados, poderão acessar todos os atos e documentos processuais armazenados, **salvo** nos casos de processos em sigilo ou segredo de justiça.

II) É livre a consulta, no sítio do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, às movimentações processuais, inteiro teor das decisões, sentenças, votos, acórdãos e aos mandados de prisão registrados no BNMP.

CORRETA. É o que dispõe o art. 1.224:

Art. 1.224. É livre a consulta, no sítio do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, às movimentações processuais, inteiro teor das decisões, sentenças, votos, acórdãos e aos mandados de prisão registrados no BNMP

III) Os processos que tramitam no sistema de processamento eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em segredo de justiça, só poderão ser consultados pelas partes e procuradores habilitados a atuar no processo.

CORRETA. Literalidade do art. 1.225:

Art. 1.225. Os processos que tramitam no sistema de processamento eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em segredo de justiça, só poderão ser consultados pelas partes e procuradores habilitados a atuar no processo

Portanto, apenas as assertivas II e III estão corretas.

GABARITO B

ATUALIDADES

65 - (3º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Primeiro-ministro japonês pretende se reunir com Biden em abril nos EUA.

O primeiro-ministro japonês, planeja viajar para os Estados Unidos em abril, o que o tornaria o primeiro líder mundial a se encontrar pessoalmente com o presidente americano, Joe Biden, informou o governo japonês nesta sexta-feira (12).

<https://www.istoedinheiro.com.br/primeiro-ministro-japones-pretende-se-reunir-com-biden-em-abril-nos-eua/-adaptada>

De acordo com a notícia, quem seria o primeiro-ministro japonês

- a) Yoshihide Suga.
- b) Abe Shinzō.
- c) Noda Yoshihiko.
- d) Seiko Hashimoto
- e) Yoshiro Mori

Comentário:

GIRO

Primeiro-ministro japonês pretende se reunir com Biden em abril nos EUA



O primeiro-ministro do Japão, Yoshihide Suga - AFP

O primeiro-ministro japonês, **Yoshihide Suga**, planeja viajar para os Estados Unidos em abril, o que o tornaria o primeiro líder mundial a se encontrar pessoalmente com o presidente americano, Joe Biden, informou o governo japonês nesta sexta-feira (12).

GABARITO A

66 - (3º Simulado Geral. 2021. Inéditas) A democrata Kamala Harris faz na Guatemala e no México sua primeira viagem internacional como vice-presidente dos Estados Unidos nesta segunda (7) e terça-feira (8). A visita faz parte dos esforços para tentar conter o fluxo migratório dos países do chamado Triângulo Norte da América Central pela fronteira dos EUA com o México. Mas o principal objetivo não é debater os desafios na divisa. É abordar as causas que levam milhares de pessoas a abandonar seus lares em busca de oportunidades nos EUA.

<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2021/06/07/kamala-harris-viaja-para-america-central-adaptado>

O texto acima indica o aumento do fluxo migratório dos países chamado Triângulo Norte da América Central que são

- a) Cuba, República Dominicana e Haiti.
- b) Nicarágua, Costa Rica e Bahamas.

- c) Belize, Panamá e Granada.
- d) Dominica, Barbados e Antígua e Barbuda.
- e) Guatemala, El Salvador e Honduras

Comentário:

Kamala Harris viaja para América Latina com tarefa de estancar crise migratória

Vice-presidente americana assume missão que já foi de Biden; detenções na fronteira com México vêm batendo recordes

Leda Balbino, colaboração para a CNN

07 de junho de 2021 às 04:30 | Atualizado 07 de junho de 2021 às 22:51



A democrata Kamala Harris faz na Guatemala e no México sua primeira viagem internacional como vice-presidente dos Estados Unidos nesta segunda (7) e terça-feira (8). A visita faz parte dos esforços para tentar conter o fluxo migratório dos países do chamado **Triângulo Norte da América Central (Guatemala, El Salvador e Honduras)** pela fronteira dos EUA com o México. Mas o principal objetivo não é debater os desafios na divisa. É abordar as causas que levam milhares de pessoas a abandonar seus lares em busca de oportunidades nos EUA.

GABARITO E

67 - (3º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Após novo massacre, Biden defende proibição de armas de assalto; Casa Branca cogita recorrer a medida executiva para controle de armas.

"Não preciso esperar um minuto a mais, imagine uma hora, para tomar decisões de bom senso que vão salvar vidas no futuro. Podemos proibir os fuzis de assalto", disse o presidente um dia depois de homem abrir fogo em um supermercado e deixar dez mortos."

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/03/23/joe-biden-pode-decretar-regra-que-proibe-armas-semiautomaticas.ghtml-adaptado>

O massacre que matou dez pessoas em um supermercado ocorreu em

- a) Los Angeles, Califórnia.
- b) Boulder, Colorado.
- c) Bryan, Texas.

d) Knoxville, Tennessee.

e) Dayton, Ohio.

Comentário:

Após novo massacre, Biden defende proibição de armas de assalto; Casa Branca cogita recorrer a medida executiva para controle de armas

'Não preciso esperar um minuto a mais, imagine uma hora, para tomar decisões de bom senso que vão salvar vidas no futuro. Podemos proibir os fuzis de assalto', disse o presidente um dia depois de homem abrir fogo em um supermercado no Colorado e deixar dez mortos.

Por G1

23/03/2021 15h40 · Atualizado há 2 meses



O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, defendeu nesta terça-feira(23) a proibição de fuzis de assalto e solicitou ao Congresso que aumente o controle da posse de armas após um **ataque em um supermercado em Boulder, no estado do Colorado**, o segundo do gênero em menos de uma semana.

GABARITO B

68 - (3º Simulado Geral. 2021. Inéditas) O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) anulou, nesta segunda-feira (8), em decisão monocrática, as condenações do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) definidas pela Justiça Federal no Paraná relacionadas às investigações da Operação Lava Jato. Com essa determinação, Lula se torna elegível novamente.

As decisões são referentes aos casos julgados pela Justiça Federal do Paraná nos casos do triplex do Guarujá, do sítio de Atibaia e do Instituto Lula.

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2021/03/08/ministro-anula-condenacoes-de-lula-adaptada>

De acordo com a notícia a qual ministro do Superior Tribunal Federal se refere a decisão monocrática

- a) Gilmar Ferreira Mendes.
- b) Marco Aurélio Mendes de Farias Mello.
- c) José Antônio Dias Toffoli.
- d) Luiz Edson Fachin.
- e) Rosa Maria Pires Weber.

Comentário:

Ministro Fachin anula condenações de Lula e ex-presidente se torna elegível

As decisões são referentes aos casos julgados pela Justiça Federal do Paraná nos casos do triplex do Guarujá, do sítio de Atibaia e do Instituto Lula

Daniel Fernandes e Renato Barcellos, da CNN, em São Paulo
08 de março de 2021 às 15:40 | Atualizado 08 de março de 2021 às 18:16



O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) **Edson Fachin** anulou, nesta segunda-feira (8), em decisão monocrática, as condenações do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) definidas pela Justiça Federal no Paraná relacionadas às investigações da Operação Lava Jato. Com essa determinação, Lula se torna elegível novamente.

GABARITO D

69 - (3º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Para fins de sua aplicação, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) define como barreiras qualquer entrave ou obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança. Neste sentido, quanto as barreiras existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo são consideradas

- a) barreiras atitudinais.
- b) barreiras arquitetônicas.
- c) barreiras urbanísticas.
- d) barreiras nos transportes.
- e) barreiras nas comunicações e na informação.

Comentário:

Art. 3º da Lei 13.146/2015. Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

(...)

IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

a) **barreiras urbanísticas**: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;

b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;

c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;

d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;

e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;

f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias;

GABARITO C

70 - (3º Simulado Geral. 2021. Inéditas) De acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Justiça n. 230/2016, quanto a inclusão de pessoas com deficiência no serviço público, analise as afirmativas abaixo e responda

I. Os editais de concursos públicos para ingresso nos quadros do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares deverão prever, nos objetos de avaliação, disciplina que abarque os direitos das pessoas com deficiência.

II. Um terceirizado com deficiência, imediatamente após ser contratado como terceirizado por um tribunal regional do trabalho, deve ser informado pelo órgão contratante sobre os seus direitos e a existência da Resolução CNJ n.º 230/2016.

III. A administração poderá, por prazo determinado, exigir de uma pessoa com deficiência, recém-empessada como servidora de um tribunal regional do trabalho, que utilize o sistema home office a fim de evitar custos para a promoção de sua acessibilidade.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e III, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) II e III, apenas

Comentário:

I. Os editais de concursos públicos para ingresso nos quadros do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares deverão prever, nos objetos de avaliação, disciplina que abarque os direitos das pessoas com deficiência.

CORRETA.

Art. 19 da Resolução 230/2016 do CNJ. "Os editais de concursos públicos para ingresso nos quadros do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares deverão prever, nos objetos de avaliação, disciplina que abarque os direitos das pessoas com deficiência."

II. Um terceirizado com deficiência, imediatamente após ser contratado como terceirizado por um tribunal regional do trabalho, deve ser informado pelo órgão contratante sobre os seus direitos e a existência da Resolução CNJ n.º 230/2016.

CORRETA.

Art. 20 da Resolução 230/2016 do CNJ. "Imediatamente após a posse de servidor, serventuário extrajudicial ou contratação de terceirizado com deficiência, dever-se-á informar a ele de forma detalhada sobre seus direitos e sobre a existência desta Resolução."

III. A administração poderá, por prazo determinado, exigir de uma pessoa com deficiência, recém-empossada como servidora de um tribunal regional do trabalho, que utilize o sistema home office a fim de evitar custos para a promoção de sua acessibilidade.

INCORRETA.

Art. 26 da Resolução 230/2016 do CNJ. "Se o órgão possibilitar aos seus servidores a realização de trabalho por meio do sistema "home office", dever-se-á dar prioridade aos servidores com mobilidade comprometida que manifestem interesse na utilização desse sistema."

"§ 1º - A Administração **não** poderá obrigar o servidor com mobilidade comprometida a utilizar o sistema "home office", mesmo diante da existência de muitos custos para a promoção da acessibilidade do servidor em seu local de trabalho."

GABARITO D

MATEMÁTICA

71 - (3º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Mauro, Rodrigo e Fábio trabalham como vigilantes e têm regimes diferenciados de folgas. Mauro folga 1 dia, após trabalhar 4 dias consecutivos; Rodrigo folga 1 dia, após trabalhar 5 dias consecutivos; e Fábio folga 1 dia, após trabalhar 6 dias consecutivos. Sábado passado, os três folgaram. Sendo assim, mantidos esses regimes de folgas, o próximo dia em que esses três vigilantes estarão de folga novamente, no mesmo dia, será

- a) uma quarta-feira.
- b) uma quinta-feira.
- c) uma sexta-feira.
- d) um sábado.
- e) um domingo.

Comentário:

Vamos organizar as informações do enunciado:

... **Sábado passado, os três folgaram.**

- Mauro folga 1 (um) dia, após trabalhar 4 (quatro) dias consecutivos, isto é, **Mauro folga a cada 5 (cinco) dias.**
- Rodrigo folga 1 (um) dia, após trabalhar 5 (cinco) dias consecutivos, isto é, **Rodrigo folga a cada 6 (seis) dias.**
- Fábio folga 1 (um) dia, após trabalhar 6 (seis) dias consecutivos, isto é, **Fábio folga a cada 7 (sete) dias.**

A folga simultânea dos três vigilantes acontecerá?

Questão típica de MMC:

5,6,7|2

5,3,7|3

5,1,7|5

1,1,7|7

1,1,1|2 x 3 x 5 x 7 = 210 dias

Concluimos que a cada 210 dias os três vigilantes folgarão no mesmo dia.

Uma semana tem 7 (sete) dias, logo, **210 dias corresponde a 30 semanas completas**. [$210 \div 7 = 30$]

Por fim, sabendo que a última folga conjunta se deu em um sábado, após 30 (trinta) semanas completas, a folga ocorrerá novamente **no sábado**.

GABARITO D

72 - (3º Simulado Geral. 2021. Vunesp) A distância entre as cidades A e B é 240 quilômetros, conforme mostra a figura.

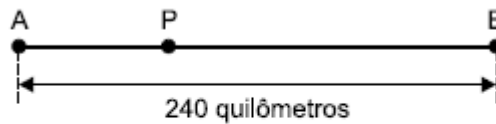


Figura fora de escala

Um carro, após percorrer 45% dessa distância, para em um posto P. A distância entre o posto P e a cidade B, em quilômetros, é

- a) 108.
- b) 116.
- c) 124.
- d) 132.
- e) 140.

Comentário:

Sabemos que o veículo já percorreu 45% da distância, isto é, $(100\% - 45\% = 55\%)$ falta percorrer **55% da distância total que corresponde a 240 km**.

Basta calcular a porcentagem faltante em relação a distância total. Sendo assim, a distância entre o posto P e a cidade B, em quilômetros, é

$$55\% (55 \div 100 = 0,55) \times 240 = \mathbf{132 \text{ Km}}$$

GABARITO D

73 - (3º Simulado Geral. 2020. Vunesp) Joice está lendo um livro de 340 páginas na versão digital e seu dispositivo de leitura mostra seu progresso em porcentagem. O dispositivo de leitura indica que Joice já leu 70% desse livro. Pode-se afirmar que Joice já leu desse livro entre

- a) 200 e 210 páginas.
- b) 210 e 220 páginas.
- c) 220 e 230 páginas.
- d) 230 e 240 páginas.
- e) 240 e 250 páginas.

Comentário:

Sabemos que Joice já leu **70% ($70 \div 100 = 0,7$)** de 340 páginas de um livro.

Pode-se afirmar que Joice já leu desse livro entre

$$0,7 \times 340 = \mathbf{238 \text{ páginas}}$$

GABARITO D

74 - (3º Simulado Geral. 2021. Vunesp) A tabela apresenta a distribuição do número total de aprovados em concursos, realizados de 2015 a 2019, em certo município, nas categorias idade de 18 a 30 anos e idade maior que 30 anos.

Distribuição do número total de aprovados em concurso		
	Idade de 18 a 30 anos	Idade maior que 30 anos
2015	18%	82%
2016	25%	75%
2017	38%	62%
2018	32%	68%
2019	45%	55%

Com base apenas nas informações apresentadas, assinale a alternativa que contém uma afirmação necessariamente verdadeira.

- a) O número total de aprovados nos concursos foi o mesmo, em todos os anos.
- b) O número total de aprovados nos concursos não foi o mesmo, em todos os anos.

- c) O número de aprovados com idade maior que 30 anos foi maior que o de idade de 18 a 30 anos, em todos os anos.
- d) O número de aprovados com idade maior que 30 anos foi menor que o de idade de 18 a 30 anos, em todos os anos.
- e) O número de aprovados com idade maior que 30 anos, em 2015, foi maior que o de 2016.

Comentário:

Primeiro devemos ressaltar que a tabela não informa as quantidades de aprovados para cada ano, logo, não podemos comparar as quantidades, bem como afirmar a totalidade.

Posto isto, vamos analisar as alternativas.

~~a) O número total de aprovados nos concursos foi o mesmo, em todos os anos.~~

INCORRETA, não podemos calcular o número total de aprovados.

~~b) O número total de aprovados nos concursos não foi o mesmo, em todos os anos.~~

INCORRETA, não podemos calcular o número total de aprovados.

c) O número de aprovados com idade maior que 30 anos foi maior que o de idade de 18 a 30 anos, em todos os anos.

CORRETA, notamos que em todos os anos a maioria dos aprovados tinham idade maior que 30 anos.

~~d) O número de aprovados com idade maior que 30 anos foi menor que o de idade de 18 a 30 anos, em todos os anos.~~

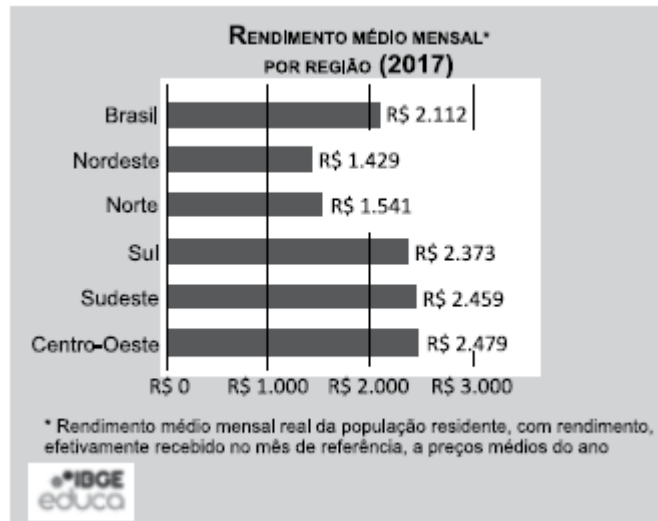
INCORRETA, ao contrário do que expõe a alternativa, a maioria dos aprovados tinham idades maior que 30 anos.

~~e) O número de aprovados com idade maior que 30 anos, em 2015, foi maior que o de 2016.~~

INCORRETA, não podemos calcular o número de aprovados.

GABARITO C

75 - (3º Simulado Geral. 2021. Vunesp) O gráfico a seguir apresenta o rendimento médio mensal da população residente em todo Brasil e por Região em 2017, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.



Comparando os valores das regiões Centro-Oeste e Nordeste que são, respectivamente, a de maior e a de menor rendimento, é correto afirmar que, em porcentagem, a região Centro-Oeste tem o rendimento superior ao da região Nordeste maior que

- a) 40% e menor que 50%.
- b) 50% e menor que 60%.
- c) 60% e menor que 70%.
- d) 70% e menor que 80%.
- e) 80% e menor que 90%.

Comentário:

O enunciado exige a comparação dos valores das regiões **Centro-Oeste (R\$ 2.479)** e **Nordeste (R\$1.429)**. Por fim, é correto afirmar que, em porcentagem, a região Centro-Oeste tem o rendimento superior ao da região Nordeste maior que

Vejamos:

$$\frac{2479}{1429} \approx 1,73$$

Isto é, os rendimentos da região Centro-Oeste são superiores aos da região Nordeste em aproximadamente 1,73.

Adiante, vamos converter nosso resultado em porcentagem. Basta multiplicarmos o número decimal por 100.

$$1,73 \times 100 = 173\%$$

Concluimos que o rendimento da região Centro-Oeste é 173% do rendimento da região Nordeste, ou seja, em porcentagem a região Centro-Oeste tem o rendimento superior ao da região Nordeste aproximadamente em, $173\% - 100\% = 73\%$.

GABARITO D

76 - (3º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Um terreno, originalmente retangular, com 1728 m^2 de área, foi dividido em duas partes iguais, por uma de suas diagonais. Sabendo-se que a razão entre as medidas do comprimento e da largura do terreno original é $4/3$, é possível afirmar que o perímetro de uma das partes desmembrada é de

- a) 136 m.
- b) 138 m.
- c) 140 m.
- d) 142 m.
- e) 144 m.

Comentário:

Sabemos que a razão entre o comprimento e a largura do retângulo corresponde a $\frac{4}{3}$. Isto é, a razão será a medida do comprimento " $4x$ " e a largura " $3x$ ".

Adiante destacamos que a área do retângulo é dada pelo comprimento com a largura e corresponde à 1728 m^2 . Vejamos:

$$4x \cdot 3x = 1728$$

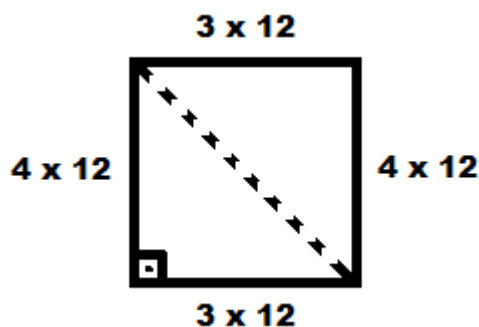
$$12x^2 = 1728$$

$$x^2 = 144$$

$$x = \sqrt{144} = 12$$

Logo, o comprimento mede $4 \times 12\text{m}$ e a largura mede $3 \times 12\text{m}$.

O enunciado nos diz que o terreno retangular foi dividido em duas partes iguais por uma de suas diagonais, vamos ilustrar:



Podemos observar que cada parte representa um triângulo retângulo dos quais os catetos são proporcionais aos catetos do **triângulo retângulo pitagórico 3, 4, 5**. Isto é, sendo a constante utilizada 12, vamos pegar as medidas mencionadas e multiplicar por 12:

O cateto que media 3 virou 3×12 , o cateto que media 4 virou 4×12 e a hipotenusa virou 5×12 .

Por fim, concluímos que o perímetro (soma das medidas de todos os lados de uma figura) de uma das partes desmembradas é de

$$3 \times 12 + 4 \times 12 + 5 \times 12$$

$$36 + 48 + 60 = \mathbf{144 \text{ m}}$$

GABARITO E

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

77 – (3º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Aquiles, Escrevente Técnico do Judiciário, está tentando, no sistema operacional Microsoft Windows 10 (configuração padrão), renomear uma pasta onde armazena o seu currículo e demais dados pessoais. Assinale a alternativa que apresenta um nome válido para a pasta:

- a) dados:pessoais
- b) dados/currículo
- c) <dadoscurrículo>
- d) dados@pessoais
- e) currículo*pessoais

Comentário

Os nomes de arquivos e pastas no Windows 10 não podem ter os seguintes caracteres:

? * < > \ / | :

Assim, a alternativa correta é a letra “d”. O símbolo do “@” não é proibido.

GABARITO D

78 - (3º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Zeus, Escrevente Técnico do Judiciário e usuário do sistema operacional Windows 10, deseja desabilitar alguns aplicativos em segundo plano que não são frequentemente usados, a fim de aumentar o desempenho do computador, bem como economizar energia. Aponte o caminho correto que deverá ser feito por Zeus:

- a) Iniciar > Configurações > Segurança do Windows > Desabilitar aplicativo em segundo plano.
- b) Iniciar > Explorador de Arquivos > Aplicativos em segundo plano.
- c) Iniciar > Configurações > Privacidade > Aplicativos em segundo plano.
- d) Iniciar > Explorador de Arquivos > Executar > Desabilitar aplicativo em segundo plano.
- e) Iniciar > Configurações > Atualização e Segurança > aplicativos em segundo plano.

Comentário

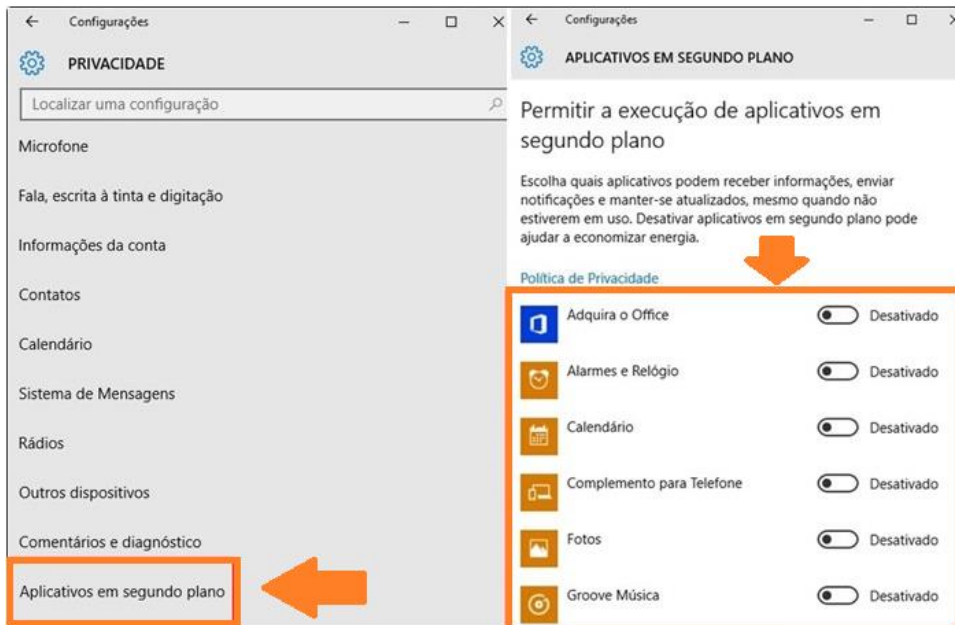
c) Iniciar > Configurações > Privacidade > Aplicativos em segundo plano.

CORRETA. De fato, para desabilitar aplicativos em segundo plano, Zeus deve percorrer esse caminho estabelecido na alternativa “c”:



INICIAR > CONFIGURAÇÕES (ou Settings) > PRIVACIDADE

E depois em APLICATIVOS EM SEGUNDO PLANO:



GABARITO C

79 – (3º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Assinale o atalho utilizado no Windows 10 que permite bloquear o computador ou mudar de conta:

- a) Tecla Windows + K.
- b) Tecla Windows + L.
- c) Tecla Windows + M.
- d) Tecla Windows + I.
- e) Tecla Windows + P.

Comentário

a) Tecla Windows + K.

INCORRETA. Esse atalho é para abrir a ação rápida Conectar.

b) Tecla Windows + L.

CORRETA. De fato, esse atalho permite bloquear seu computador ou mudar de conta.

c) Tecla Windows + M.

INCORRETA. Esse atalho serve para minimizar todas as janelas.

d) Tecla Windows + I.

INCORRETA. Esse atalho é para abrir Configurações.

e) Tecla Windows + P.

INCORRETA. Esse atalho permite escolher um modo de exibição de apresentação.

GABARITO B

80 - (3º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Poseidon, Escrevente Técnico do Judiciário e usuário do MS-Word 2016, deseja atribuir, em um documento em edição, uma configuração padrão aos títulos dos capítulos, como numeração, tamanho e tipo de fonte. Ele deverá acessar essa função em qual guia da Página Inicial do Word?

- a) Fonte.
- b) Parágrafo.
- c) Estilos
- d) Área de transferência.
- e) Configurar página.

Comentário

A função pode ser acessada pela guia ESTILOS:



De acordo com o suporte do Office:

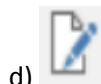
“Você pode usar estilos para aplicar rapidamente um conjunto de opções de formatação consistentemente em todo o documento. Se você quiser opções de formatação que não estão disponíveis nos estilos e temas integrados disponíveis no Word, você pode modificar um estilo existente e personalizá-lo para atender às suas necessidades. Você pode alterar a formatação (como tamanho da fonte, cor e recuo de texto) em estilos aplicados a títulos, títulos, parágrafos, listas e assim por diante. Você também pode selecionar texto formatado no documento para criar um novo estilo na galeria Estilos.

Os estilos discutidos neste artigo estão localizados na galeria de Estilos, um menu visual localizado na guia Página Inicial. Para aplicar um estilo, basta selecionar o texto que você deseja formatar e, em seguida, clicar no estilo desejado na galeria de Estilos. Para saber mais, veja Aplicar um estilo ao texto no Word.”

Fonte: <https://support.microsoft.com/pt-br/office/personalizar-ou-criar-novos-estilos-d38d6e47-f6fc-48eb-a607-1eb120dec563>

GABARITO C

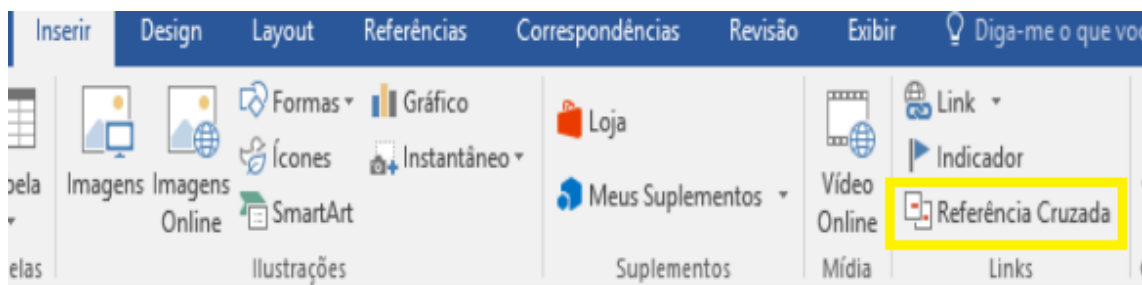
81 - (3º Simulado Geral. 2021. Inéditas) No MS – Word 2016, há uma função chamada de “Referência Cruzada”, a qual permite fazer referência a lugares específicos no seu documento, como títulos, ilustrações e tabelas. Assinale a alternativa que corresponde ao ícone por meio do qual pode ser acessada tal função:



Comentário



CORRETA. De fato, esse é o ícone chamado de “Referência Cruzada”:



INCORRETA. Esse ícone é chamado de “Indicador”.



INCORRETA. Esse ícone é chamado de “Link”.



INCORRETA. Esse é o “Adicionar uma Linha de Assinatura”.



INCORRETA. Esse é o ícone “Número de página”.

GABARITO A

82 - (3º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Afrodite estava treinando para a segunda fase da prova de Escrevente Técnico do Judiciário, quando reparou que estava aparecendo a seguinte figura na barra de status do MS-Word 2016, conforme demonstrado pela seta preta:

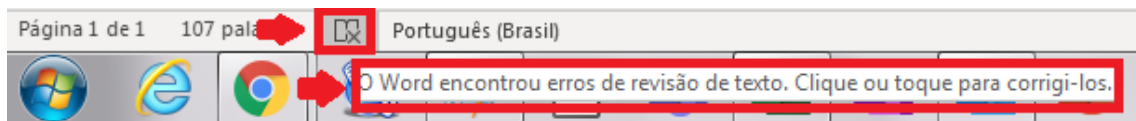


Tal figura significa que:

- a) O Word detectou problemas de vírus no arquivo.
- b) O Word detectou problemas nos parágrafos do documento.
- c) O Word encontrou erros de revisão de texto.
- d) O Word encontrou problemas de configuração de página.
- e) O Word encontrou problemas no salvamento do arquivo.

Comentário

A figura significa que o Word encontrou erros de revisão de texto, permitindo clicar ou tocar para corrigi-los:



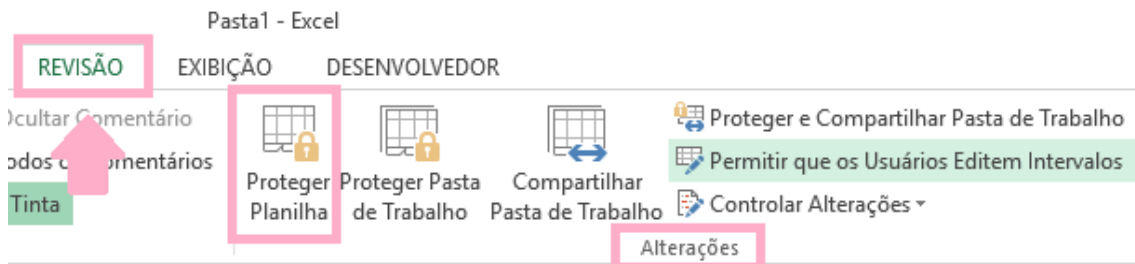
GABARITO C

83 - (3º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Dionísio, Escrevente Técnico do Judiciário, deseja proteger uma planilha criada no Microsoft Excel 2016. Assim, qual aba do menu deverá ser acionada para acessar tal recurso?

- a) Página Inicial.
- b) Dados.
- c) Exibir.
- d) Revisão
- e) Layout

Comentário

A função de proteger uma planilha está localizada na aba REVISÃO:



GABARITO D

84 - (3º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Observe a tabela abaixo criada no Microsoft Excel:

	A	B	
1		R\$ 3.000,00	
2		R\$ 2.600,00	
3		R\$ 3.500,00	
4		R\$ 1.000,00	
5		R\$ 1.200,00	
6		R\$ 4.000,00	
7		R\$ 5.000,00	
8		R\$ 2.800,00	
9		R\$ 5.500,00	

Qual será o resultado da expressão =MAIOR (B1:B9;5) aplicada na tabela:

- a) R\$ 3.000,00
- b) R\$ 5.500,00.
- c) R\$ 4.000,00.
- d) R\$ 3.500,00.
- e) R\$ 2.600,00.

Comentário

A fórmula =MAIOR (B1:B9;5) significa o seguinte: qual é o quinto maior valor do intervalo de B1 até B9?

Vamos ver:

- R\$ 5.500,00
- R\$ 5.000,00
- R\$ 4.000,00
- R\$ 3.500,00.

R\$ 3.000,00.

R\$ 2.800,00.

R\$ 2.600,00

R\$ 1.200,00

R\$ 1.000,00

Portanto, o quinto maior valor é R\$ 3.000,00.

GABARITO A

85 – (3º Simulado Geral. 2021. Inéditas) No MS-Excel 2016, há uma ferramenta chamada “Preenchimento Relâmpago”, a qual permite reconhecer padrões em colunas adjacentes e preencher a coluna atual automaticamente. Assinale a alternativa que apresenta o atalho usado para acionar tal ferramenta:

- a) SHIFT + F3.
- b) CTRL+ E.
- c) SHIFT+F9.
- d) c
- e) CTRL+ Barra de espaços

Comentário

a) SHIFT + F3.

INCORRETA. Esse atalho é para inserir uma função.

b) CTRL+ E.

CORRETA. De fato, esse atalho invoca a função Preenchimento Relâmpago.

c) SHIFT+F9.

INCORRETA. Esse atalho é para calcular a planilha ativa.

d) CTRL+Y.

INCORRETA. Esse atalho é para refazer a última ação.

e) CTRL+ Barra de espaços.

INCORRETA. Esse atalho é para selecionar a coluna atual.

GABARITO B

86 - (3º Simulado Geral. 2021. Inéditas) Heitor, Escrevente Técnico do Judiciário, deseja criar um compromisso no MS-Outlook 2010. Para tanto, ele poderá usar o seguinte atalho:

- a) Ctrl+Shift+X
- b) Ctrl+Shift+A
- c) Ctrl+Shift+Q
- d) Ctrl+Shift+C
- e) Ctrl+Shift+L

Comentário

a) Ctrl+Shift+X

INCORRETA. Esse atalho é para criar um faz.

b) Ctrl+Shift+A

CORRETA. Esse atalho serve para criar um compromisso.

c) Ctrl+Shift+Q

INCORRETA. Esse atalho permite criar uma solicitação de reunião.

d) Ctrl+Shift+C

INCORRETA. Esse atalho é para criar um contato.

e) Ctrl+Shift+L

INCORRETA. Esse atalho é para criar um grupo de contatos.

GABARITO B

87 - (3º Simulado Geral. 2015. Vunesp) O ícone exibido a seguir foi retirado da janela para escrever um novo e-mail por intermédio do MS-Outlook 2010, em sua configuração padrão, especificamente do grupo Incluir, da guia Mensagem.



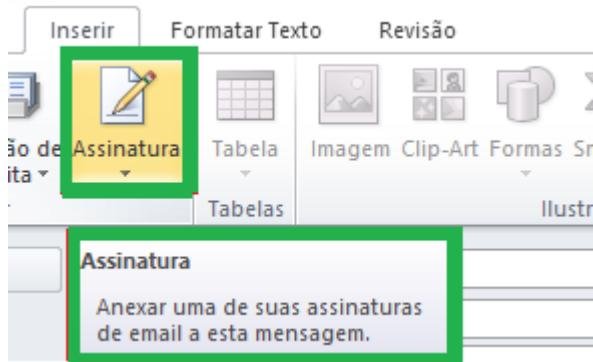
Assinale a alternativa que contém o nome desse ícone.

A) Assinatura

- B) Editar
- C) Revisão
- D) Ortografia
- E) Pesquisar

Comentário

O nome do ícone é ASSINATURA:



GABARITO A

88 - (3º Simulado Geral. 2014. Vunesp) Observe a figura a seguir, extraída do MS-Outlook 2010.

Organizar por: Data (Conversas)		O mais antigo no início
✉	email	03/11/2012
✉	Giannini	03/11/2012
✉	Bate-papo	05/11/2012
✉	Diogo	05/11/2012
✉	Sistema de Oportunidades	05/11/2012
✉	Borges	05/11/2012
✉	Redes Sociais	06/11/2012
✉	Cris	06/11/2012
✉	Curso	07/11/2012
✉	Allan	07/11/2012
✉	Turmas	08/11/2012
✉	Clarice	08/11/2012

Assinale a alternativa que contém o nome do remetente da mensagem que possui a marcação de respondida.

- A) Diogo.
- B) Cris.
- C) Giannini.

D) Allan.

E) Clarice.

Comentário

A marcação de respondida é representada por 1 envelope aberto com a seta roxa para a esquerda:



A) Diogo.

INCORRETA. Marcação de encaminhado.

B) Cris.

INCORRETA. A mensagem ainda nem foi aberta.

C) Giannini.

CORRETA. 1 envelope aberto com a seta roxa para a esquerda.

D) Allan.

INCORRETA. A mensagem ainda nem foi aberta.

E) Clarice.

INCORRETA. A mensagem foi aberta, mas ainda não foi respondida.

GABARITO C

89 - (3º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Um usuário clicou em um link para um documento PDF no navegador Google Chrome versão 80, em sua configuração original. No topo da guia em que o documento foi carregado, aparecem 3 ícones na lateral direita, conforme imagem a seguir.

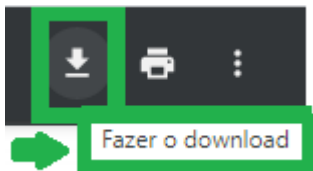


O ícone com a seta para baixo, com um traço logo embaixo, tem a função de

- A) fazer a correção ortográfica do documento.
- B) fazer o download do documento.
- C) gravar o documento nos Favoritos do Google Chrome.
- D) imprimir o documento.
- E) atualizar o documento.

Comentário

O ícone da seta para baixo permite fazer o download do documento:



GABARITO B

90 - (3º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Ao visitar o site da Prefeitura de Cananéia, usando o navegador Google Chrome, versão 77, o usuário pressionou as teclas CTRL+F para pesquisar por um termo e digitou cananeia, conforme a imagem a seguir.



Assinale a alternativa que indica quantas ocorrências foram encontradas.

- A) 1

- B) 4
- C) 5
- D) 9
- E) 12

Comentário

O número de resultados (ocorrências) aparece na própria barra de pesquisa:



Veja que está mostrando 1 de 12 resultados.

GABARITO E

RACIOCÍNIO LÓGICO

91 - (3º Simulado Geral. 2015. Vunesp. Adaptada) Sobre a coleção de relógios que tem, André sempre afirmou que se o relógio é de ouro, então ele é importado. Samir, um dos amigos de André, ao escolher aleatoriamente 3 relógios dessa coleção, observou que o primeiro era de ouro e importado; que o segundo relógio não era de ouro, mas também era importado; e que o terceiro também não era de ouro e era nacional. Da observação de Samir, pode-se concluir corretamente que

- a) nenhum dos três relógios contraria a afirmação de André.
- b) apenas o 2º relógio contraria a afirmação de André.
- c) apenas o 3º relógio contraria a afirmação de André.
- d) todos os três relógios contrariam a afirmação de André.
- e) apenas o 1º relógio contraria a afirmação de André.

Comentário:

Estamos diante de uma **condicional ("Se... então" " \rightarrow ")** $p \rightarrow q$.

"Se o relógio é de ouro, **então** ele é importado."

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V



Sabemos que na condicional a única possibilidade de ser falsa é quando a 1ª parte é verdadeira e a 2ª parte é falsa. Vejamos:

"Se o relógio é de ouro, então ele não é importado."

Vamos analisar as opções:

- **Primeiro relógio** "ouro e importado": 1ª parte "é de ouro" (V) e na 2ª parte "é importado" (V). $p \rightarrow q = V$. Concluimos que o primeiro relógio não contraria a afirmação de André.
- **Segundo relógio** "não era de ouro, mas também era importado": 1ª parte "não era de ouro" (F) e na 2ª parte "também era importado" (V). $p \rightarrow q = V$. Concluimos que o segundo relógio não contraria a afirmação de André.
- **Terceiro relógio** "não era de ouro e era nacional": 1ª parte "não era de ouro" (F) e na 2ª parte "era nacional" (F). $p \rightarrow q = V$. Concluimos que o terceiro relógio não contraria a afirmação de André.

Por fim, notamos que "nenhum dos três relógios contraria a afirmação de André", o 1º relógio (V \rightarrow V = V), o 2º relógio (F \rightarrow V = V) e o 3º relógio (F \rightarrow F = V).

GABARITO A

92 - (3º Simulado Geral. 2015. Vunesp) Atribua o valor lógico V (verdadeira) ou F (falsa) cada uma das afirmações a seguir.

I. Se dois mais dois é igual a seis, então sete menos quatro é igual a quatro.

II. Dois mais dois é igual a seis ou sete menos quatro é igual a quatro.

III. Oito mais oito é igual a dezesseis ou sete menos quatro é igual a quatro.

A sequência correta dos valores lógicos, respectivamente atribuídos, é

- a) F - F - V.
- b) V - F - V.
- c) F - F - F.
- d) V - V - F.
- e) F - V - V.

Comentário:

I. Se dois mais dois é igual a seis, então sete menos quatro é igual a quatro. Estamos diante de uma condicional ("Se... então") $p \rightarrow q$

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

(dois [2] + dois [2] = seis [6]) \rightarrow (sete [7] – quatro [4] = quatro [4]) = V

F

F

Na condicional quando as duas partes são iguais (VV ou FF) a proposição será verdadeira.

II. Dois mais dois é igual a seis ou sete menos quatro é igual a quatro. Estamos diante de uma disjunção inclusiva ("ou") $p \vee q$

p	q	$p \vee q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

(dois [2] + dois [2] = seis [6]) \vee (sete [7] – quatro [4] = quatro [4]) = F

F

F

Na disjunção inclusiva a proposição será falsa, apenas quando as duas partes forem falsas, conforme o item II.

III. Oito mais oito é igual a dezesseis ou sete menos quatro é igual a quatro. Estamos diante de uma disjunção inclusiva ("ou") $p \vee q$

p	q	$p \vee q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

(oito [8] + oito [8] = dezesseis [16]) \vee (sete [7] – quatro [4] = quatro [4]) = V

V

F

Nessa hipótese de disjunção inclusiva notamos que a 1ª parte é verdadeira e 2ª parte é falsa, logo, a proposição será verdadeira.

GABARITO B

93 - (3º Simulado Geral. 2014. Vunesp) Bruno tem dois irmãos e afirmou que: “se seu irmão é presidente de uma empresa, então sua irmã não possui curso superior”. Sua mãe, no entanto, confirmou que essa afirmação não é verdadeira, o que permite concluir que, em relação a Bruno,

- a) sua irmã é presidente de uma empresa.
- b) seu irmão não é presidente de uma empresa.
- c) sua irmã possui curso superior.
- d) seu irmão possui curso superior.
- e) seu irmão não possui curso superior.

Comentário:

Estamos diante de uma condicional (“Se... então”) $p \rightarrow q$

“Se seu irmão é presidente de uma empresa, então sua irmã não possui curso superior.” = F

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V



A condicional só será falsa quando a 1ª parte for verdadeira e a 2ª parte for falsa. Vejamos:

“Se seu irmão é presidente de uma empresa, então sua irmã possui curso superior.”

V

F

Em relação a Bruno, sua irmã possui curso superior.

GABARITO C

94 - (3º Simulado Geral. 2014. Vunesp) Sabe-se que o valor lógico da afirmação “Se Márcia faz aniversário hoje, então Dario fará aniversário amanhã” é falsidade. Dessa forma, é verdade que

- a) Dario fará aniversário amanhã.
- b) Márcia não faz aniversário hoje.
- c) Márcia não faz aniversário hoje e Dario não fará aniversário amanhã.
- d) Dario fará aniversário amanhã ou Márcia não faz aniversário hoje.
- e) Se Dario não fará aniversário amanhã, então Márcia faz aniversário hoje.

Comentário:

Estamos diante de uma **condicional ("Se... então")** $p \rightarrow q$

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

“Se Márcia faz aniversário hoje, então Dario fará aniversário amanhã” = **F**

A condicional só será falsa quando a 1ª parte for verdadeira e a 2ª parte for falsa. Vejamos:

“Se Márcia faz aniversário hoje, então Dario não fará aniversário amanhã. = **V** $p \rightarrow \sim q$

Vamos analisar as alternativas:

- a) Dario fará aniversário amanhã. **Falsa**, uma vez que, Dário não faz aniversário amanhã.
- b) Márcia não faz aniversário hoje. **Falsa**, pois Márcia faz aniversário hoje.
- c) Márcia não faz aniversário hoje **e** Dario não fará aniversário amanhã. **Falsa**, estamos diante de uma **conjunção ("e")** $\sim p \wedge \sim q$, em que será falsa, pois notamos que a 1ª parte é falsa (Márcia não faz aniversário hoje) e a 2ª parte é verdadeira (Dário não fará aniversário amanhã)

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F



d) Dario fará aniversário amanhã **ou** Márcia não faz aniversário hoje. **Falsa**, estamos diante de uma **disjunção inclusiva ("ou")** $p \vee \sim q$, em que será falsa, pois notamos que a 1ª parte é falsa (Dario fará aniversário amanhã) e a 2ª parte é falsa (Márcia não faz aniversário hoje).

p	q	$p \vee q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

e) **Se** Dario não fará aniversário amanhã, **então** Márcia faz aniversário hoje. Verdadeira, estamos diante de uma **condicional ("Se... então")** $\sim p \rightarrow q$, em que será verdadeira quando a 1ª parte é verdadeira (Dario não fará aniversário amanhã) e a 2ª parte é verdadeira (Márcia faz aniversário hoje).

GABARITO E

95 - (3º Simulado Geral. 2014. Vunesp) Considere falsidade o valor lógico da seguinte afirmação:

"Se Pedro é alto, então Camila é baixa".

Dessa forma, é verdade o valor lógico da afirmação

- a) Camila é baixa ou Pedro não é alto.
- b) Pedro é alto.
- c) Camila não é baixa e Pedro não é alto.
- d) Camila é baixa.
- e) Camila é baixa e Pedro é alto.

Comentário:

"**Se** Pedro é alto, **então** Camila é baixa" = **F**

Estamos diante de uma **condicional ("Se... então")** $p \rightarrow q$. A condicional só será falsa quando a 1ª parte for verdadeira e a 2ª parte for falsa. Vejamos:

p	q	p → q
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

“Se Pedro é alto, então Camila não é baixa.” $p \rightarrow \sim q = V$

Vamos analisar as alternativas:

a) Camila é baixa **ou** Pedro não é alto. **Falsa**, estamos diante de uma **disjunção inclusiva (“ou”)** $q \vee \sim p$, em que será falsa, pois notamos que a 1ª parte é falsa (Camila é baixa) e a 2ª parte é falsa (Pedro não é alto).

p	q	p ∨ q
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

b) Pedro é alto. **Verdadeira**.

c) Camila não é baixa **e** Pedro não é alto. **Falsa**, estamos diante de uma **conjunção (“e”)** $\sim q \wedge \sim p$, em que será falsa, pois notamos que a 1ª parte é verdadeira (Camila não é baixa) e a 2ª parte é falsa (Pedro não é alto).

p	q	p ∧ q
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

d) Camila é baixa. **Falsa**, pois Camila não é baixa.

e) Camila é baixa **e** Pedro é alto. **Falsa**, estamos diante de uma **conjunção (“e”)** $q \wedge p$, em que será falsa, pois notamos que a 1ª parte é falsa (Camila é baixa) e a 2ª parte é verdadeira (Pedro é alto).

p	q	p ∧ q
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

GABARITO B

96 - (3º Simulado Geral. 2014. Vunesp) Considere falsa a afirmação “Se Débora é feliz, então ela não é analista de redes”. Dessa forma, pode-se concluir corretamente que

- a) Débora não é feliz ou não é analista de redes.
- b) Débora não é feliz e não é analista de redes.
- c) Débora não é feliz e é analista de redes.
- d) Débora é feliz e não é analista de redes.
- e) Débora é feliz e é analista de redes.

Comentário:

“Se Débora é feliz, então ela não é analista de redes” = F

Estamos diante de uma condicional (“Se... então”) $p \rightarrow \sim q$. A condicional só será falsa quando a 1ª parte for verdadeira e a 2ª parte for falsa. Vejamos:

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

“Se Débora é feliz, então ela é analista de redes” $p \rightarrow q = V$

Vamos analisar as alternativas:

a) Débora não é feliz ou não é analista de redes. Falsa, estamos diante de uma disjunção inclusiva (“ou”) $\sim p \vee \sim q$, pois a 1ª parte é falsa (Débora não é feliz) e a 2ª parte é falsa (não é analista de redes).

p	q	$p \vee q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

b) Débora não é feliz e não é analista de redes. Falsa, estamos diante de uma conjunção (“e”) $\sim p \wedge \sim q$, pois a 1ª parte é falsa (Débora não é feliz) e a 2ª parte é falsa (não é analista de redes).

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

c) Débora não é feliz e é analista de redes. **Falsa**, estamos diante de uma **conjunção ("e")** $\sim p \wedge p$, pois a 1ª parte é falsa (Débora não é feliz) e a 2ª parte é verdadeira (é analista de redes).

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

d) Débora é feliz e não é analista de redes. **Falsa**, estamos diante de uma **conjunção ("e")** $p \wedge \sim p$, pois a 1ª parte é verdadeira (Débora é feliz) e a 2ª parte é falsa (não é analista de redes).

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

e) Débora é feliz e é analista de redes. **Verdadeira**, estamos diante de uma **conjunção ("e")** $p \wedge p$, pois a 1ª parte é verdadeira (Débora é feliz) e a 2ª parte é verdadeira (é analista de redes).

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

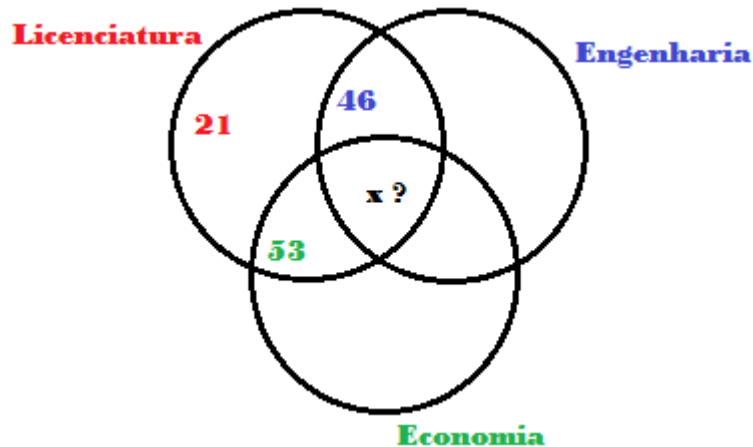
GABARITO E

97 - (3º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Uma palestra teve a participação de 113 professores com licenciatura. Desses professores 46 também são formados em engenharia e 53 também são formados em economia. No total, 21 professores têm apenas licenciatura. O número de professores que também são formados em economia e engenharia é

- a) 5.
- b) 6.
- c) 7.
- d) 8.
- e) 9.

Comentário:

Vamos utilizar o método dos diagramas lógicos:



O número de professores que também são formados em economia e engenharia é

$$53 - 46 = 7 \text{ professores}$$

Também podemos somar todos os dados $21 + 46 + 53 =$ total 120 e subtrair pelo número (113) de professores com licenciatura.

GABARITO C

98 - (3º Simulado Geral. 2021. Vunesp) Em um grupo de 109 atletas, 48 são homens. Cada um desses atletas pratica handebol ou natação, mas somente um esporte por atleta. Entre os homens, 22 jogam handebol e, no total, 50 atletas praticam natação. O número de mulheres que jogam handebol é

- a) 34.
- b) 37.
- c) 40.
- d) 43.
- e) 46.

Comentário:

Sabemos que temos 109 atletas, destes 48 são homens, logo

$$109 - 48 = 61 \text{ são mulheres}$$

Entre, os homens 22 jogam handebol, como cada atleta pratica apenas um esporte, logo

$$48 - 22 = 26 \text{ homens praticam natação}$$

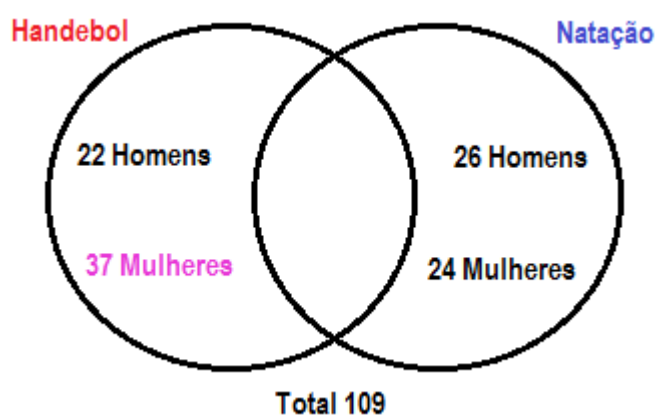
No total 50 atletas praticam natação, sabemos que 26 são homens, logo

$$50 - 26 = 24 \text{ são mulheres}$$

Por fim, podemos calcular o número de mulheres que jogam handebol é

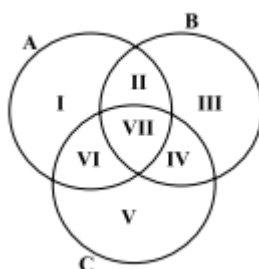
Total de 61 mulheres subtraindo 24 que praticam apenas natação, temos

$$61 - 24 = 37$$



GABARITO B

99 - (3º Simulado Geral. 2013. Vunesp) O diagrama a seguir apresenta três conjuntos, A, B e C, assim como suas respectivas intersecções. Todas as regiões do diagrama estão numeradas e possuem elementos. A região I possui 5 elementos, a região II possui 10 elementos, a região III possui 15 elementos, a região IV possui 20 elementos, a região V possui 25 elementos, a região VI possui 30 elementos e a região VII possui 35 elementos.

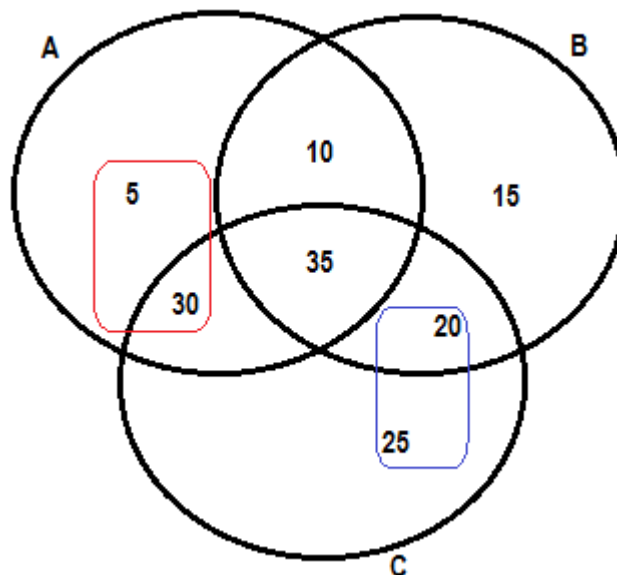


O número de elementos de C, que não são elementos de A, supera o número de elementos de A, que não são elementos de B, em uma quantidade igual a

- a) 25.
- b) 20.
- c) 15.
- d) 10.
- e) 5.

Comentário:

Vamos lá! O número de **elementos de C, que não são elementos de A**, supera o número de **elementos de A, que não são elementos de B**, em uma quantidade igual a



elementos de C, que não são elementos de A: $5 + 30 = 35$

... supera o número de elementos de A, que não são elementos de B: $20 + 25 = 45$

...em uma quantidade igual a $35 - 45 = 10$

GABARITO D

100 - (3º Simulado Geral. 2020. Vunesp) Em um grupo de pessoas, 23 delas são alegres, mas 12 destas não são apenas alegres; 22 delas são bondosas, mas 16 destas não são apenas bondosas; 26 delas são corajosas, mas 18 destas não são apenas corajosas. Nesse grupo, não há pessoa que seja simultaneamente alegre, bondosa e corajosa. O total de pessoas desse grupo é

- a) 42.
- b) 48.
- c) 57.
- d) 60.
- e) 69.

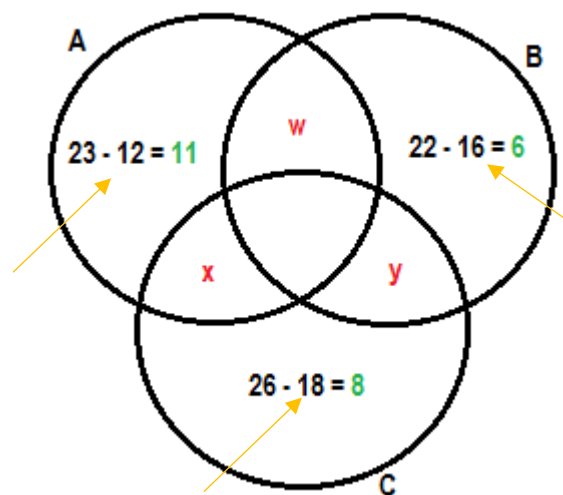
Comentário:

23 delas são alegres, mas 12 destas não são apenas alegres, logo, $23 - 12 = 11$ delas são apenas alegres.

22 delas são bondosas, mas 16 destas não são apenas bondosas, logo, $22 - 16 = 6$ delas são apenas bondosas.

26 delas são corajosas, mas 18 destas não são apenas corajosas, logo, $26 - 18 = 8$ delas são apenas corajosas.

Concluimos que as pessoas com apenas uma característica representam $11 + 6 + 8 = 25$.



Com nosso diagrama organizado, vamos escrever as respectivas equações:

$$x + w = 12$$

$$w + y = 16$$

$$x + y = 18$$

Adiante, vamos resolver a equação:

$$2x + 2w + 2y = 12 + 16 + 18$$

$$2x + 2w + 2y = 46$$

Vamos colocar o 2 em evidência. Vejamos:

$$2(x + w + y) = 46$$

$$x + w + y = 46 \div 2$$

$x + w + y = 23$ pessoas com duas características, pois sabemos que 25 possuem apenas uma característica.

O total de pessoas desse grupo é 25 (uma característica) + 23 (duas características) = 48

GABARITO B

1B	2D	3B							